

LUCIANA PRUDENTE GUIOTTI

O ESTUDO DA VARIANTE RETROFLEXA NA COMUNIDADE DE SÃO
JOSÉ DO RIO PRETO





1910001813



LUCIANA PRUDENTE GUIOTTI

O ESTUDO DA VARIANTE RETROFLEXA NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO
RIO PRETO

São José do Rio Preto

2002



LUCIANA PRUDENTE GUIOTTI

O ESTUDO DA VARIANTE RETROFLEXA NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO
RIO PRETO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de Concentração: Análise Lingüística)

Orientador: Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho

São José do Rio Preto
2002



LUCIANA PRUDENTE GUIOTTI

O ESTUDO DA VARIANTE RETROFLEXA NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO
RIO PRETO

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho - Orientador
Prof.^a. Dr.^a. Ângela Cecília de Souza Rodrigues
Prof.^a. Dr.^a. Cristina Carneiro Rodrigues



para Nelson Adriano Guiotti,
Marina Prudente Guiotti
e João Pedro Prudente Guiotti
(pela paciência, que me faltou tantas vezes)



Agradeço aos alunos do curso de licenciatura em letras – diurno e noturno, especialmente àqueles que cursaram a disciplina Sociolingüística no ano de 2000, pela viabilização desta pesquisa.

Agradeço aos professores (Dr.) Sebastião Carlos Leite Gonçalves e Dr^a. Marize Mattos Dall’Aglio Hattner pela generosidade com que me apontaram o canto e a plumagem das palavras e do *VARBRUL*...

Agradeço à professora Dr^a. Luciani Ester Tenani pela paciência a mim concedida nas longas conversas, as quais despertaram algumas floradas fonológicas.

Sou imensamente grata ao professor Dr. Roberto Gomes Camacho que, ao longo de minha formação acadêmica, tem me ensinado que as normas são formas rígidas, mas provisórias, que, portanto, não podem cercear as ilimitadas possibilidades do ser.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida referente ao processo nº 130056/00.6 durante o período de realização desta pesquisa, sem a qual não poderia ter me dedicado tanto.



***Há uma grande diferença se fala um Deus ou um herói,
se um velho amadurecido ou um jovem impetuoso na flor da idade, se uma matrona
autoritária ou uma ama dedicada, se um mercador errante ou um lavrador de pequeno
campo fértil, se um colco ou um assírio, se um homem educado em Tebas ou em Argos.***

Horácio (Arte Poética)

GUIOTTI, L.P. *O Estudo da Variante Retroflexa na Comunidade de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, 2002. 100p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Campus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

O presente trabalho investiga a fala da comunidade de São José do Rio Preto segundo a metodologia proposta por Labov (1972), limitando-se à observação de diversos estilos de acordo com o grau de reflexão do sujeito falante, especificamente relacionado à variante retroflexa e outras alternativas de /r/ em posição final de sílaba. A investigação empírica inclui o levantamento de narrativas de experiência pessoal, leitura de um texto escrito e leitura de uma lista de palavras, que configuram uma gradação de estilo progressivamente mais formal. Essa primeira fase da pesquisa forneceu o diagnóstico do uso mediante frequência entre as variantes e os fatores lingüísticos e extralingüísticos. Em seguida, executou-se uma segunda fase de levantamento que mediu a reação subjetiva dos informantes ao grau de estigmatização da variável, mediante formulário de respostas, em que o informante deveria indicar, entre profissões de diferentes graus de prestígio social, a que o indivíduo presumivelmente ocuparia, falando do modo como se expressa numa gravação. Os dados foram submetidos a fatores lingüísticos e extralingüísticos. Os fatores lingüísticos foram contexto fonológico precedente, contexto fonológico seguinte e tipo de sílaba quanto à tonicidade. Os fatores extralingüísticos foram variação estilística, nível sócio-econômico, idade e sexo. Os resultados mostram que, embora ainda muito empregada no estilo informal, a variante retroflexa é estigmatizada na comunidade; nem por isso, no entanto, acha-se em processo de desaparecimento, como comprova a relação entre a variável lingüística e os fatores idade e nível sócio-econômico. A interação com outras alternativas revela também que a variante apagamento de /r/ apresenta um grau de estigmatização ainda maior que a retroflexa.

Palavras-chave: sociolingüística; língua portuguesa; variação; regionalismos.



GUIOTTI, L.P. *O Estudo da Variante Retroflexa na Comunidade de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, 2002. 100p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Campus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

ABSTRACT

The present work investigates the speech of the community of São José do Rio Preto according to the methodology proposed by Labov (1972), limited to the observation of several styles according to the degree of the speaker's attention, specifically related to the retroflex variant and other alternatives of /r/ in the end position of syllable. The empirical investigation includes the elicitation of narratives of personal experience, the reading of a written text and the reading of a word list, which configure styles progressively more formal. This first phase of the elicitation provided the diagnosis of usage by means of variant frequency in relation to linguistic and extralinguistic factors. Then, a second phase of the elicitation was carried out which measured the subjective reaction of the informants to the variable estigmatization by means of an interview questionnaire where the informant, listening to a recorded tape, would indicate, among occupations of different degrees of social prestige, the one which the speaker presumably fits in, speaking in the way as it is expressed in a recording tape. The data were subjected to linguistic and extralinguistic factors. The linguistic factors are the preceding phonological context, the following phonological context and type of syllable according to stress. The extralinguistic factors are stylistic variation, socioeconomic level, age and sex. The results show that the retroflex variant is stigmatized in the community in spite of being still used in the informal style; even so this variant is not in process of 'phonological disappearance' as it is confirmed by the relation of the variable to factors such as age and socioeconomic level. The interaction of this variant with other alternatives also reveals that the deletion of /r/ shows a stigmatization degree which is higher than the retroflex variant.

Key words: sociolinguistics; portuguese language; variation; regionalisms



Autorizo a reprodução deste trabalho

São José do Rio Preto, 05 de agosto de 2002.

LUCIANA PRUDENTE GUIOTTI



SUMÁRIO

Resumo.....	8
Abstract.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE TABELAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
1. Justificativa e relevância do tema.....	14
2. Proposição.....	16
3. Organização do trabalho.....	18
CAP. I PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	19
1.1. Um histórico do paradigma sociolingüístico.....	19
1.2. Definindo o ponto de vista teórico.....	22
1.3. Variável e variante.....	26
1.4. Estigmatização e prestígio.....	31
1.5. Uso e norma.....	34
CAP. II UNIVERSO DE PESQUISA E PROCEDIMENTO.....	39
2.1. O envelope de variação.....	39
2.2. Os grupos de fatores e a formulação de hipóteses de investigação.....	42
2.3. Métodos e técnicas de investigação.....	46
2.4. A amostragem: distribuição dos informantes de acordo com os fatores sociais.....	52
CAP. III ANÁLISE DA VARIÁVEL.....	54
3.1. Análise da variável de acordo com os fatores externos.....	54
3.1.1. Análise da frequência de uso das variantes.....	54
3.1.1.1. Relação entre as variantes e o fator variação estilística.....	56
3.1.1.2. Relação entre as variantes e o fator sócio-econômico.....	59
3.1.1.3. Relação entre as variantes e os fatores sócio-econômico e variação estilística.....	60
combinados	
3.1.1.4. Relação entre as variantes e o fator etário.....	62
3.1.1.5. Relação entre as variantes e os fatores idade e variação estilística combinados....	64
3.1.1.6. Relação entre as variantes e o fator sexo.....	66
3.1.2. Avaliação subjetiva das variantes: a norma.....	69
3.2. Análise da variável de acordo com os fatores internos.....	71
3.2.1. Relação entre o contexto fonológico precedente e a variável dependente.....	71
3.2.2. Relação entre o contexto fonológico seguinte e a variável dependente.....	74
3.2.3. Relação entre as variantes e o fator tonicidade.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
ANEXOS.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Número de informantes segundo nível sócio-econômico e grau de educação..	52
Tabela 2:Número de informantes segundo nível sócio-econômico, grau de educação e sexo	52
Tabela 3:Número de informantes segundo nível sócio-econômico, grau de educação e idade	53
Tabela 4:Distribuição dos dados computados segundo as variantes analisadas.....	55
Tabela 5:Relação entre as variantes e o fator variação estilística.....	56
Tabela 6:Relação entre as variantes e o fator sócio-econômico.....	59
Tabela 7:Relação entre as variantes e os fatores sócio-econômico e variação estilística combinados	60
Tabela 8:Relação entre as variantes e o fator etário.....	62
Tabela 9:Relação entre as variantes e os fatores idade e variação estilística combinados	64
Tabela 10:Relação entre as variantes e o fator sexo.....	66
Tabela 11:Grau de estigmatização das variantes.....	69
Tabela 12:Relação entre contexto fonológico precedente e a variável dependente.....	71
Tabela 13:Relação entre contexto fonológico seguinte e a variável dependente.....	75
Tabela 14:Relação entre tonicidade e a variável dependente.....	77
Tabela 15:Relação entre as variantes e os fatores sócio-econômico e sexo combinados	104
Tabela 16:Relação entre as variantes e os fatores sexo e variação estilística combinados	105
Tabela 17:Relação entre as variantes e os fatores contexto fonológico precedente e seguinte combinados	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>PRs</i> da variável dependente.....	55
Figura 2: <i>PRs</i> das variantes no estilo casual.....	57
Figura 3: <i>PRs</i> das variantes no estilo leitura de texto.....	57
Figura 4: <i>PRs</i> das variantes no estilo leitura de lista de palavras.....	58
Figura 5: Relação entre a variante /r/ não retroflexo e os fatores idade e variação estilística combinados	65
Figura 6: Relação entre a variante /r/ retroflexo e os fatores idade e variação estilística combinados	65
Figura 7: Relação entre a variante apagamento de /r/ e os fatores idade e variação estilística combinados	66
Figura 8: <i>PRs</i> dos contextos fonológicos precedentes às variantes.....	72
Figura 9: <i>PRs</i> dos contextos fonológicos seguintes às variantes.....	77
Figura 10: <i>PRs</i> do fator tonicidade.....	78

INTRODUÇÃO

1. Justificativa e relevância do tema

O estudo da variante retroflexa, considerada uma característica própria do dialeto caipira, reveste-se de um interesse especial, em vista das divergências de opinião entre os estudiosos que comentam esse capítulo da dialetologia brasileira. Não há consenso quanto à vitalidade nem quanto à extensão geográfica da variante retroflexa. Alguns consideram-na já extinta. Assim, Cunha (1968, p.76) afirma o seguinte: “O r chamado caipira, peculiar à região norte de São Paulo e sul de Minas, tão bem descrito em 1920 por Amadeu Amaral, praticamente desapareceu. É hoje uma variante fonêmica mais folclórica do que lingüística” [...].

Outro estudo que atesta semelhante conclusão é o de Head (1973) realizado em Franca, interior de São Paulo.

No entanto, algumas propriedades típicas da dialetologia caipira, como a pronúncia retroflexa do fonema /r/, foram encontradas em estudos realizados por outros investigadores. A esse respeito podemos mencionar dois trabalhos, um do sul do estado de Minas Gerais, uma região normalmente considerada da área caipira, (PENHA, 1972, p. 18-26), outro do nordeste do país, (RODRIGUES, F., 1974, esp. secção, 2.1.1.). Não é de estranhar, portanto, a existência de outras opiniões quanto à vitalidade do dialeto caipira e de suas variantes típicas. Por exemplo, Bueno (1958, p. 2-3) diz:

As características deste nosso falar continuam, portanto, ainda hoje, e muito vivas e persistentes até entre as pessoas mais cultas, desmentindo a afirmação de Amadeu Amaral (1920), segundo a qual o dialeto caipira e suas variantes típicas estariam em vias de desaparecimento [...] Existem áreas onde tais características são mais vivas que em outras e, de um modo geral, podemos afirmar que são aquelas cidades de fundação bandeirantes: Itu, Porto Feliz, Tietê, Atibaia, Bragança, Piracicaba, Tatuí, Limeira, Taubaté. Foram os bandeirantes paulistas que disseminaram por essas áreas a sua maneira de falar e a levaram aos estados que surgiram de seus descobrimentos de minas, especialmente Mato Grosso, Goiás, sul de Minas Gerais, norte do Paraná.

De modo semelhante, Melo (1971, p.106) refere-se à ocorrência atual do r característico do dialeto caipira, com a ressalva de que, nesse contexto, ele é uma variante do fonema /r/:



Tal *r* é característico do norte de São Paulo e sul de Minas Gerais, e nele se transforma sistematicamente o *-L* final de sílaba. Quem já viajou por aquelas bandas sabe que basta transpor-se a Mantiqueira, aparecem meninos vendendo “paster de carne”, com o seu errezinho particular. Esta consonância aproxima-se bastante do *-r* final de sílaba americano, que figura por exemplo em *form*, porém, é mais intenso.

O dialeto caipira, do qual o */r/* retroflexo se considera um elemento típico, é de grande vitalidade e extensão geográfica. Istre (1971, p.235-9) cita vários autores no intuito de mostrar que essa variante ocorre numa região extensa, que, segundo ele, abrange os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Amazonas e Goiás.

Em face das divergências entre as obras citadas, podemos afirmar que o */r/* retroflexo é uma variante controvertida no que se refere à sua vitalidade e extensão geográfica. A fim de determinar melhor as condições de existência da variante retroflexa, investigamos, neste trabalho, a comunidade de fala riopretense, que está dialetalmente incluída na área de abrangência desse traço fonológico. A relevância desta investigação está calcada em dois aspectos: (i) pretende, por um lado, dar uma contribuição aos estudos dialetológicos com o equacionamento da variante retroflexa; (ii) pretende, por outro, investigar a comunidade de fala riopretense, no que tem de mais característico, o que, de partida, dá a esta investigação um caráter pioneiro.

Em São José do Rio Preto, parece haver indício de um freqüente uso da pronúncia estigmatizada do fonema */r/* motivado, nas duas últimas décadas, pela valorização econômica do interior do estado, como um importante mercado consumidor, o que estimulou, no jovem de alta classe, o gosto por roupas e adereços de estilo *country*, bem como por um tipo de *rock* romântico, típico da década de 60 e início da de 70, que, travestido de música sertaneja, é cantado por várias duplas sertanejas de sucesso.

Essas observações, que parecem conflitar, justificam o presente trabalho que tem como um dos objetivos investigar a manutenção ou o desaparecimento da pronúncia retroflexa na variedade dialetal de São José do Rio Preto.

Na procura de esclarecer se há a manutenção da variante retroflexa, por reavaliação positiva da figura cultural não do caipira em si, mas da figura do chamado agro-empresário, é possível descartar-se a existência de um preconceito lingüístico em relação aos falantes da variante retroflexa que o cosmopolitismo contemporâneo pode ajudar a manter e a difundir. É necessário investigar a própria comunidade riopretense para procurar esclarecer o grau em

que o preconceito de outras comunidades afeta ou não a própria identidade cultural de seus membros da qual a retroflexão é um traço.

2. Proposição

O principal objetivo dos estudos de Labov é investigar a variação e a mudança lingüística através de uma análise sincrônica. Seus estudos apresentam inevitáveis implicações de caráter social, uma vez que a estrutura sócio-econômica da comunidade exerce decisiva influência nos padrões lingüísticos de prestígio: "Quando uma nova regra de prestígio se incorpora à linguagem, ela é primeiramente aceita subjetivamente, antes de alcançar uniformidade no uso real"¹ (LABOV, 1965, p.84).

A conscientização do valor social de uma variante apresenta-se como uma fase intermediária do processo total de mudança lingüística, ou seja, uma fase de propagação em que a significação social é atribuída a uma das variantes, restando às outras o desuso. Em decorrência disso, pode-se descrever o comportamento lingüístico do falante em diferentes épocas e situações em que há covariação entre o lingüístico e o social: em determinada época, na situação X, o membro de determinada classe social considera a *performance* Y como apropriada; em outra época, na situação Z, a *performance* W será esperada pelo mesmo falante.

O reconhecimento prévio do valor social em relação às variantes pelos falantes é tão relevante para que o uso de uma forma de prestígio alcance uniformidade em situações reais de interação, ou para que desapareça uma forma estigmatizada, quanto para que o falante adquira inteira capacidade de adequar seu estilo de fala à situação. Para estar em desaparecimento, é necessário que haja, nos termos de Labov (1965), uma estigmatização progressiva de uma variante, conforme aumenta a maturidade do falante. Outro indício favorecedor é o uso da variante inversamente proporcional ao aumento de formalidade da situação, principalmente por membros do estrato social mais elevado.

Os principais objetivos deste trabalho fundamentam-se na teoria laboviana a respeito de estigmatização e de vitalidade de variantes, como exposto acima. Com isso, pretendemos investigar se/há estigmatização da pronúncia retroflexa da vibrante, amplamente usada no * interior de São Paulo, em contexto de final de sílaba, que alterna com as fricativas velar e

¹When a new prestige pattern enters the language it is accepted on the level of unconscious subjective response before it achieves uniformity in actual use.

glotal, ambas faladas no litoral brasileiro em geral, embora estereotipadas como pertencentes unicamente ao dialeto carioca, e com a vibrante ápico-alveolar freqüentemente usada na capital paulista, ou ainda, com ausência de qualquer segmento fônico em contexto de final de palavra; pretendemos investigar também se a pronúncia retroflexa do fonema /r/ está em vias de desaparecimento ou de manutenção.

Uma forma estigmatizada é a de menor prestígio, podendo ser assim classificada em função do valor de seus usuários nas relações sociais: no geral, a variedade de classes sociais inferiores ou de pessoas sem instrução é estigmatizada, com base no julgamento de falantes de variedades prestigiadas.

Sabe-se que nenhuma variedade lingüística é inerentemente inferior a qualquer outra similar de um ponto de vista estritamente lingüístico. A atribuição de estigma ou prestígio social é obra exclusiva das relações sociais em jogo. Por isso, os valores de uma determinada comunidade lingüística podem ser identificados por meio da linguagem. Assim, formas de prestígio e estigmatizadas são reflexo desses valores². No geral, as comunidades externas aos limites dialetais do /r/ retroflexo é que estigmatizam seus usuários. Resta saber se estes também compartilham desses valores sociais negativos.

O contexto fonológico de realização da variante retroflexa não afeta a natureza das oposições fonológicas de /r/, uma vez que o processo de variação só ocorre em posições de neutralização: final de sílaba diante de consoante, posição interna, travando sílaba, e final de vocábulo diante de consoante ou pausa. Dessa forma, este trabalho não busca investigar o *r-brando*, próprio da posição intervocálica, como ocorre na palavra *arara*³. Embora se saiba que, em certos dialetos paulistas, é possível também, nesse contexto de início de sílaba, a realização de uma variante retroflexa, na variedade dialetal riopretense, os dados apontam para a não realização da retroflexão de /r/ nesse mesmo contexto.

O que nos interessa especificamente é fazer um levantamento estatístico da freqüência de uso das variantes possíveis, que coexistem com o /r/ retroflexo, somente no contexto fonológico de final de sílaba, mais detalhadamente a variação entre r-retroflexo e qualquer outra pronúncia não-retroflexa de /r/, como a fricativa velar surda [ɣ], e a sonora [x], a fricativa glotal surda [h] e a sonora [ɦ] do dialeto carioca e a vibrante ápico-alveolar do dialeto paulista [r]. No contexto fonológico de final de palavras, notadamente em verbos, a

² Cf. Cagliari, 1997, p.4.

³ Cf. Camara Junior, 1972, p.25.

pronúncia de /r/ rivaliza com sua ausência o que produz formas como *quisé, qué, falá, corrê e fugi*.

Em final de vocábulos, é relevante investigar a alternância entre pronúncia retroflexa, pronúncias não retroflexas e ausência de qualquer segmento fonológico porque a ausência de /r/ sofre correção aberta na escola por ser caracterizada na escrita pela falta de segmento, o que não ocorre com a variante retroflexa, que não se reflete na modalidade escrita.

Para comprovar que o /r/ retroflexo está em vias de desaparecimento, Head (1973) mostra que sua frequência maior de uso incide sobre os informantes de maior idade, o que deverá ser investigado também na comunidade riopretense.

A seguir um resumo dos objetivos da presente pesquisa:

- estudar a variante retroflexa do fonema /r/ em São José do Rio Preto, observando:
 1. se é estigmatizada ou não;
 2. se está em vias de desaparecimento ou de manutenção;
 3. se há o aparecimento de outras variantes possíveis no mesmo contexto;
 4. se existe alternância entre a pronúncia retroflexa e apagamento de /r/ no contexto fonológico final de sílaba externa.

3. Organização do trabalho

Para formalizar essa proposta de trabalho, desenvolvemos, no capítulo I, os pressupostos teóricos ao longo do histórico do paradigma sociolinguístico, sem deixar de mencionar o ponto de vista da teoria social da linguagem. Expomos alguns princípios gerais referentes à relação entre variável e variante, entre estigmatização e prestígio e entre uso e norma.

No capítulo II, dando especial atenção ao enfoque sociolinguístico da variação, apresentamos as variantes linguísticas identificadas como instrumento de análise para o presente trabalho. Mostramos também hipóteses de investigação formuladas a partir dos grupos de fatores, assim como um relato criterioso dos procedimentos e técnicas adotados para a viabilização da tarefa a que a pesquisa nos impôs. Em seguida, abordamos o papel da distribuição dos informantes de acordo com os fatores sociais.

No capítulo III, há a apresentação dos dados coletados, paralelamente à sua descrição e interpretação segundo fatores externos e internos, analisando, por um lado, a frequência de uso da variável, por outro lado, ~~e~~ a avaliação subjetiva dos informantes. Conclui o presente *trabalho um balanço final dos resultados em relação às hipóteses formuladas.

CAP. I. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1. Um histórico do paradigma sociolingüístico

Um dos princípios da lingüística descritiva, antes da década de 60, foi o de considerar a língua como um sistema bem determinado e uniforme. A Sociolingüística, nesse sentido, inaugura um novo campo interdisciplinar nas ciências da linguagem, pois começa explorar a relação entre formas lingüísticas e fatores ou funções sociais, desvinculando-se do princípio de que os dados para a análise lingüística devem ser regularizados para eliminar a variabilidade do mundo real. Esse princípio reducionista, denominado por Chambers (1996, p.12) de *axioma da categoricidade*, caracteriza os dois principais paradigmas teóricos da lingüística do século XX, o estruturalismo e a teoria gerativa.

Saussure (1916)⁴ descreve as entidades e relações que compõem a estrutura de uma língua; por isso além de ser considerado descritivista, o estruturalismo é também taxionômico, na medida em que descobre as unidades mínimas dos níveis fonológico e morfológico e as classifica. Para ele a língua é um sistema, ou como se preferiu dizer depois, uma estrutura. Deve ser estudada, portanto, na interdependência de suas relações internas. Cumpre estudar como são as línguas, ou antes, como estão, pois elas se revelam como estados de uma seqüência temporal em que as unidades se alteram, mas as relações subsistem. O que importa, portanto, não é o que foi, mas o que está. Ou como diz expressamente Saussure: "O lingüista que quer compreender esse estado deve ignorar a diacronia" (apud MALMBERG p.71, 1974).

Chomsky (1957)⁵, com a publicação de *Syntactic Structures*, postula a idéia de que as regras da língua, interiorizadas pelo sujeito falante, apresentam uma configuração estrutural detalhada, por isso é considerado um formalista. Para o autor, a primeira formulação do método estrutural de Saussure, o estudo da língua em oposição ao da fala, limita-se a uma descrição da superfície das estruturas lingüísticas, com desconhecimento da estrutura profunda que é produzida por um conjunto de regras interiorizadas pelo sujeito falante, quando em contato com a prática oral da língua, mediante um mecanismo inato de ordem universal, a faculdade de linguagem. Sobre essa estrutura profunda, atuariam regras de transformação gerando-se, então, uma estrutura de superfície que necessariamente não se manifesta fonicamente.

⁴ Neste trabalho, usamos publicação de 1979.

⁵ Neste trabalho, usamos texto, que trata da teoria de *Syntactic Structures*, publicado pelo mesmo autor em 1973.



As deficiências teóricas tanto do descritivista Saussure, quanto do formalista Chomsky, do ponto de vista da Sociolingüística, resultam de seu imanentismo sobre a linguagem: Saussure (1979, p.118) em sua teoria proclama que [...] “a língua deve ser analisada em si mesma e por si mesma”, já Chomsky (1973, p.6) ensina que: [...] “a teoria lingüística ocupa-se primeiramente com um falante-ouvinte ideal, numa comunidade lingüística completamente homogênea” [...]

Vale dizer, trata-se de um falante-ouvinte isolado socialmente do mundo exterior. É contra esse reducionismo que se levantam os propugnadores da Sociolingüística. Para eles as línguas não constituem apenas uma estrutura, mas também um tecido vivo que não se pode reduzir aos aspectos meramente formais.

Esse tecido vivo que é a língua é alimentado continuamente por fatores sociais. Tais fatores não se situam apenas do lado de fora do sistema lingüístico, o que tem levado a considerá-los extralingüísticos. Eles atuam nas línguas, dentro delas, no seu léxico, na padronização de seus esquemas frasais, nas suas diferenciações sociodialetais. Esse novo paradigma, que se desvia do *axioma de categoricidade*, legado das ciências positivistas, chama-se Sociolingüística e é voltado para análise da dimensão social das unidades lingüísticas. No entanto, ele não exclui de seu campo de investigações o aspecto estrutural da linguagem, os fatores considerados lingüísticos ou internos.

O termo Sociolingüística teria sido cunhado em 1949, segundo Chambers (1996, p. 32). Mas, segundo Dell Hymes (1977, p.193), só se vai tornando corrente na década de 60. Mesmo assim, as preocupações com o entrelaçamento língua/sociedade são bem anteriores. Nesse campo, uma das influências teria sido a do sociólogo Emile Durkheim (apud ELIA, 1987, p.17) no conhecido artigo em que trata das relações da sociologia com a lingüística.

Nessa fase preliminar da Sociolingüística, encontramos mais de uma vez a expressão *Sociologia da linguagem* para se referir à influência de fatores sociais na linguagem (em trabalhos de M. Cohen, p.ex.). Mas o termo não desapareceu e ocorreu até em outras obras como *The Sociology of Language* (FISHMAN apud ELIA, 1987, p. 19).

Hoje, a diferença entre Sociolingüística e Sociologia da Linguagem reside no fato de serem campos de investigação, no domínio da linguagem, que têm pontos de vista distintos e, por conseguinte, objetos de estudo diferentes. A respeito disso Chambers (1996, p. 11) diz:

[...] Sociolingüística é o estudo das relações entre linguagem e sociedade com o objetivo de entender a estrutura da linguagem [...] Sociologia da Linguagem é o

estudo das relações entre linguagem e sociedade com o objetivo de entender a estrutura da sociedade.

Do que afirmamos até aqui depreende-se que a Sociolingüística tem sido o receptáculo de estudos em que o lingüístico e o social estão alguma forma envolvidos, embora o termo Sociolingüística seja redundante, visto que a linguagem só pode ser atualizada nas relações sociais. Mesmo assim o termo acabou por fixar um novo paradigma lingüístico. E o crescente interesse pelo estudo das relações entre língua, cultura e sociedade fez com que se ampliasse o campo de estudo da Sociolingüística, abrigando sob seu rótulo todas as investigações que tentam descobrir a covariação sistemática entre estrutura lingüística e os fatos sociais que motivam as variações do sistema lingüístico.

Em virtude disso, atualmente a Sociolingüística pode ser subdividida em: (i) Sociolingüística Quantitativa ou Variacionista cujo precursor é Labov⁶ com o trabalho em Martha's Vineyard no ano de 1963; (ii) Sociolingüística Interacional cuja origem está relacionada aos trabalhos da etnografia da comunicação que se interessa em descrever e analisar as formas dos *eventos de fala*, ou seja, as regras que dirigem a seleção que o falante opera em função dos dados contextuais relativamente estáveis, como a relação que ele contrai com o interlocutor, com o assunto da conversa e outras circunstâncias do processo de comunicação: espaço, tempo e o modo como cada participante sustenta a interação verbal em curso⁷.

Embora (i) e (ii) tendam a se interseccionar parcialmente quanto a seu objeto, a diversidade lingüística⁸, a principal diferença entre esses dois campos sociolingüísticos é o tratamento que se dá à relação entre o social e a linguagem. Enquanto (i) considera os fatores sociais, por exemplo nível sócio-econômico, sexo dos informantes, idade, grau de escolaridade e outros, como generalizações a respeito de certos grupos para explicar comportamentos lingüísticos dessa mesma comunidade, (ii) tenta encontrar um meio de tratar o que normalmente se denominam fenômenos sociolingüísticos, baseados em evidências empíricas de cooperação social e não dependentes de identificação *a priori* de categorias sociais⁹.

⁶ Embora Fischer (1958) já houvesse pesquisado a maioria dos componentes essenciais da Sociolingüística antes de Labov. No entanto, este sistematizou a dimensão social das formas lingüísticas e aquele não o fez.

⁷ Cf. Chambers, 1996, p.32.

⁸ Cf. Bright, 1974, p.18.

⁹ Cf. Gumperz, 1998, p.100.

Este trabalho considera a diversidade como conceito-chave e relaciona um conjunto mais importante de fatores que condicionam a variável <r>. Este condicionamento refere-se aos vários fatores socialmente definidos *a priori* e também aos fatores internos com os quais supõe-se que a diversidade do fonema /r/, na comunidade riopretense, esteja relacionada.

Deve-se compreender, evidentemente, que essas duas dimensões arroladas, o extralingüístico e o lingüístico, não são, de maneira alguma, mutuamente exclusivas, e sim que comumente se relacionam para condicionar um tipo específico de comportamento lingüístico.

Embora este trabalho investigue também a dimensão entre uso e norma, em outros termos, a relação entre a frequência de uso das variantes, que identifica como as pessoas as utilizam e a crença sobre o comportamento lingüístico, que demonstra como as pessoas o avaliam (ver detalhadamente 2.2), ele se insere no campo de (i), Sociolingüística Quantitativa ou Variacionista.

1.2. Definindo o ponto de vista teórico

Em 1885, Schuchardt (1972, p.48 apud CHAMBERS, 1996, p.12) notou que “a pronúncia dos indivíduos nunca é livre de variações”. Algumas décadas mais tarde, Sapir (1921, p.147 apud CHAMBERS, 1996, p.13) escreveu: [...] “Todos sabem que a linguagem é variável. Embora a variação lingüística possa ser óbvia, nenhum lingüista a analisou sistematicamente até o surgimento da sociolingüística nos anos 60.”

Segundo Chambers (1996, p.13), mesmo Sapir estava despreparado para incluir a variabilidade lingüística em seus estudos. Ele apenas estava mais apto do que seus contemporâneos a reconhecer tal traço da linguagem. A geração seguinte a Sapir preferiu não adotar as lições do mestre, adotando uma forma muito rígida, o *axioma de categoricidade* (ver item 1.1.).

Pode-se encontrar em Joos (apud CHAMBERS, 1996, p.12) uma defesa explícita e bem caracterizadora do ponto de vista homogeneizador projetado sobre a linguagem com base no *axioma de categoricidade*: [...] “nós devemos fazer da nossa ‘lingüística’ um tipo de matemática dentro da qual inconsistência é por definição impossível”¹⁰.

¹⁰ We must make our ‘linguistics’ a kind of mathematics within which inconsistency is by definition impossible.

Segundo Chambers (1996, p. 13), o objetivo deste enfoque é criar categorias abstratas, que serão *a posteriori* investigadas, não referentes a dados variáveis, e por isso pode ser considerado reducionista¹¹.

Quando os lingüistas passaram a interessar-se realmente pelas variantes, consideraram-nas como pertencentes a diferentes sistemas lingüísticos coexistentes ou como termos que se substituem livremente e sem previsão, ao acaso.

Hoje se sabe que os falantes misturam variantes da mesma variável no mesmo discurso e na mesma sentença. Assim, não é legítimo falar em sistemas coexistentes, mas em um só sistema no qual as variantes co-existem. A afirmação de que há sistemas coexistentes e não um só sistema inerentemente variável pressupõe o absurdo de que, no momento em que o falante se utilizasse de duas formas distintas para o mesmo fonema (alofones), ele estaria oscilando entre um sistema e o outro, o que, por analogia, ocorreria igualmente com a sintaxe, a semântica e assim por diante¹². Essa noção de sistemas coexistentes, sustentada por Fries e Pike (1949 apud CHAMBERS 1996, p. 13) suporia que os falantes mantêm separadas fonologias (e também por inferência, gramáticas separadas) que dão a eles acesso a mais de um código, provocando uma troca de um código para o outro. Isso implicaria, por exemplo, que os falantes mantêm uma fonologia constantemente até que circunstâncias surjam e desencadeiem um segundo sistema. O acesso ao segundo sistema, separado do primeiro, não deveria ser momentâneo ou esporádico. Variantes como constituintes de sistemas separados não deveriam co-ocorrer.

Quanto à idéia da variação livre, se as variantes são realmente livres – ou seja arbitrárias – elas não obedecem a nenhuma lógica, não se submetem a nenhum fator condicionante de sua ocorrência. Entretanto, observação de conversas casuais demonstra que as variantes são previsíveis – ou pelo menos probabilísticas –, uma vez que são associados a fatores sociais. Então, não são livres.

¹¹ Se a afirmação acima encerrasse algum tipo de ‘verdade científica’, outras ciências, como a matemática, não estariam, no século XIX, tentando se livrar do *axioma da categoricidade*. E hoje já se encontram, na própria matemática, correntes que têm buscado propriedades de variabilidade: não mais se estuda o valor de um determinado conjunto como pertencente somente a uma categoria, mas ele é analisado em relação à parcialidade em algum grau intermediário; na lógica matemática já se encontram tabelas multidimensionais, baseadas em valores intermediários (STEWART apud CHAMBERS, 1996, p. 32).

¹² Cf. Chambers, 1996, p.13; Camacho, 2001, p. 57.

Pode-se dizer que, na década de 60, a recusa ao *axioma da categoricidade*¹³ foi uma atitude da sociolinguística laboviana para marcar seu espaço no contexto reducionista que imperava, tanto na teoria saussureana quanto na teoria chomskyana.

Como o domínio de investigação da teoria saussureana é direcionado para a celebrada dicotomia da linguagem: o estudo da língua excluindo-se o da fala, espaço privilegiado da heterogeneidade, a língua torna-se o objeto desse paradigma porque é removida da turbulência na qual a fala existe. Ignoram-se as variações do próprio sistema lingüístico, bem como a influência dos fatores externos sobre a linguagem. A língua, dessa forma, torna-se homogênea e como tal perfeito objeto de estudo dessa Lingüística que privilegia a investigação de formas fixas e imutáveis passíveis de sistematização. Mesmo porque o fluxo cotidiano da fala está inserido na aparente assistematicidade dos fenômenos sociais. Por isso, a ciência da fala não foi muito desenvolvida pelos discípulos de Saussure.

Como Chomsky (1973) considera a língua inata, o meio externo não interfere diretamente na linguagem do sujeito falante para a aplicação de seu conhecimento na *performance*. As experiências sociais, nesse sentido, só servem de estímulo para determinar parâmetros que podem vir a ser universais.

Tanto na teoria de um quanto na de outro, podemos observar que não há fatos lingüísticos que possam ser explicitados por meio de fatores externos ao sistema. Por isso, estão completamente imersos no princípio reducionista de categorias e formas imutáveis, o *axioma da categoricidade*.

Ao considerar a língua como um sistema heterogêneo em que a variação não é descartada, pelo contrário, é passível de sistematização, a Sociolinguística Quantitativa ou Variacionista recusa o *axioma da categoricidade*, em favor do princípio da variabilidade dos fenômenos lingüísticos. Dessa forma, consegue-se penetrar mais profundamente na estrutura do comportamento lingüístico de uma determinada comunidade de fala na medida em que os fatores sociais, combinados com os internos ao sistema, impõem normas de comportamento lingüístico.

A variável passa a ser, então, considerada uma unidade estrutural pela Sociolinguística, que se aproxima dos paradigmas que levam em conta fatores externos à linguagem, em contraposição aos formalistas, como o estruturalismo e o gerativismo, que podem ser ambos incluídos na mesma posição metodológica que Bakhtin (1992, p.83) rotula como *objetivismo abstrato*:

¹³ Cf. Chambers, 1996, p. 25.

[...] as leis da língua são essencialmente lingüísticas e válidas enquanto analisadas dentro do próprio sistema; são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva; não há fatos lingüísticos que possam ser analisados por meio de fatores ideológicos; entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem a finalidade de motivos. Eles são estranhos entre si.

Devido ao ponto-de-vista de enxergar o objeto científico como heterogêneo, a Sociolingüística Quantitativa ou Variacionista considera as diferenças lingüísticas entre diferentes grupos sociais, não descartando, inclusive, a possibilidade de variação individual¹⁴.

Nessa perspectiva de exclusão de estruturas imutáveis e fixas, a Sociolingüística Quantitativa ou Variacionista postula o princípio de que a língua dever ser concebida como uma estrutura inerentemente variável e a presumida *variação livre*, advogada nos anos cinquenta, é passível de descrição sistemática, em função de restrições lingüísticas e não-lingüísticas. Por essa razão, um modelo de língua, que acomoda fatos variáveis e suas restrições lingüísticas e não-lingüísticas, conduz a descrições mais adequadas e pode resolver questões ligadas à mudança lingüística. Além disso, a aceitação de motivações internas e/ou externas em competição implica que a explicação de fatos lingüísticos pode estar tanto dentro quanto fora do sistema lingüístico. A aparente assistemática dos fenômenos sociais, adotada principalmente pela Lingüística dos anos 30-50, torna-se objeto de investigação no domínio sociolingüístico, principalmente no variacionista:

[...] esse caos é passível de sistematização porque a variação na fala não é o resultado aleatório de um uso arbitrário e inconseqüente dos falantes, mas um uso sistemático e regular de uma propriedade inerente dos sistemas lingüísticos, que é a possibilidade de variação. É essa regularidade e sistematicidade que se torna objeto de estudo da Sociolingüística (CAMACIO, 1984, p. 235).

Assim, em vez da língua, como fez Saussure, a Sociolingüística Quantitativa ou Variacionista centra seus estudos na fala, enfocando-a sob um ponto de vista social e não individual.

1.3. Variável e variante

A tarefa da Sociolingüística é demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social. Para tal, é preciso distinguir pontos de vista que vão da história dos destinos de uma língua aos detalhes de sua estrutura e de suas transformações: aspectos externos e aspectos internos do estudo. Com efeito, uma coisa é considerar fatos tais como desaparecimento de uma língua, sua diferenciação em falares diversos ou a extinção de falares locais ante a propagação de uma grande língua comum. Outra coisa é observar enfraquecimentos de consoantes entre vogais ou desaparecimento de consoantes em fim de palavra, constituições de sufixos ou de prefixos para exprimir certas relações dos nomes ou então dos tempos e modos nos verbos, processos de derivação ou de composição nas palavras¹⁵.

O sistema das línguas depende de uma estruturação que tem raízes mais profundas: a estrutura puramente social. Dentro desse processo de estruturação, aparecem variações no sistema que se encaixam umas nas outras, de forma a constituir um sistema completamente articulado. No entanto, essa variação não implica necessariamente uma dependência ou um paralelismo entre uma estrutura lingüística e a sociedade.

A variação é representada pelas variantes. “Variantes lingüísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável lingüística’ ” (TARALLO, 1985, p.8). A um conjunto de variantes que constituem duas ou mais formas concretas de uso chama-se variável. Este é, portanto, o esforço da Sociolingüística por generalizações abstratas. As variantes de um *continuum* são determinadas por uma ou mais variáveis independentes, de natureza lingüística (internas ao sistema) e extralingüística (externas ao sistema), ou seja, a variável lingüística, na Sociolingüística, é chamada de variável dependente, pois está submetida a grupos de fatores de natureza interna (lingüística) e externa (extralingüística) chamados de variável independente¹⁶.

É necessário problematizar um pouco o conceito de variável. Oliveira (1986) chama a atenção para duas restrições relacionadas ao contexto e ao valor de verdade. Não se pode considerar como variante aquela que é determinada por contextos específicos. É o caso, por exemplo, do fonema /t/ em português, que ocorre como africada diante da vogal “i” e como

¹⁴ Cf. Chambers, 1996, p.4.

¹⁵ Cf. Bright, 1974, p.43.

¹⁶ Cf. Camacho, 2001, p.56.



oclusiva dental diante dos demais ambientes. Esse, portanto, não configura um caso de variação lingüística, o que há são variantes condicionadas de um mesmo fonema. Quanto à restrição ao valor de verdade, ela é óbvia, pois não se pode chamar de formas variantes aquelas que significam coisas diferentes.

Se tais restrições são necessárias, a dificuldade está em se operar com elas. Considerando, agora, a noção de contexto. Segundo Oliveira (1986, p.89), por 'contexto' não se pode:

[...] entender unicamente o contexto estrutural. Há um outro tipo de seleção de formas que não se dá em termos estruturais. A literatura em lingüística antropológica aponta vários casos onde a seleção de formas se dá em termos da estrutura cultural da comunidade de fala. Podemos dar como exemplo o caso do Zuni (cf Newman, 1955) onde a seleção de um item lexical, a partir de um conjunto potencial de sinônimos, se dá em termos do tipo de discurso [...].

O que acontece nesses casos é que, na verdade, o falante não tem várias alternativas para dizer a mesma coisa. Considerando-se o peso do contexto não-estrutural, considerando-se a força de fatores pragmáticos na comunicação, compreende-se que o falante só tem uma possibilidade de formalização verbal; não há, portanto, variação lingüística. Isso leva a pleitear que se incluam fatores não-estruturais nas descrições gramaticais. Um tipo de fator de contexto não-estrutural que pode determinar a realização verbal é o social. Oliveira (1986, p. 90) exemplifica com a vocalização do (lh): [...] "se um favelado diz paia, não há evidência nenhuma que sugira a aplicação de uma regra variável de vocalização de (lh). Na verdade, ele só diz paia, e nunca diz palha."

O que se conclui é que se houver algum fator contextual externo determinando a ocorrência de certa forma, não se poderá falar em variação lingüística. Não menos problemática que a noção de contexto é a noção de 'valor de verdade'. Essa noção tem a ver com "dizer a mesma coisa". Duas formas variantes teriam o mesmo valor de verdade se dissessem a mesma coisa de maneiras diversas.

Oliveira (1986, p. 93, grifo do autor) não propõe esclarecimento ao obscuro conceito, vinculando a noção de valor de verdade à noção de significado, diz:

[...] Se encolhermos a noção de significado, igualando-a a **valor de verdade**, então talvez possamos juntar duas formas, A e B, como variantes de uma mesma variável.

Mas, se esticarmos a noção de significado além do **valor de verdade**, então as mesmas formas A e B poderão não ser chamadas de variantes de uma mesma variável. Mas, como é que vamos decidir entre uma abordagem ou outra? Pares de sentenças como **João comeu** e **O que João fez foi comer** têm o mesmo significado? São ou não são variantes de uma mesma variável? No caso de nos limitarmos ao **valor de verdade**, podemos ou não usar as nuances de significado como contexto? Dependendo das respostas que dermos a estas perguntas poderemos restringir bastante os candidatos a variáveis lingüísticas.

Como se observa, esse tipo de discussão surgiu quando a Sociolingüística passou a adotar outros tipos de variáveis, não apenas as fonológicas. A pergunta que se fazia na década de 70 é se a variação morfológica e sintática deveria receber o mesmo tratamento que a variação fonológica.

Lavandera (1978 apud BENTIVOGLIO, 1987, p. 11) obrigou os variacionistas a refletir sobre o que estavam fazendo. Para ela “as unidades para além do (nível) fonológico, digamos, um morfema, um item lexical, ou uma construção sintática, têm cada uma por definição um significado”. No nível da sintaxe, se considerarmos que cada construção tem seu próprio significado, como é possível que haja variação, entendida como duas maneiras de dizer a mesma coisa? No fundo é essa mesma questão que motiva os problemas levantados por Oliveira.

Como, todavia, neste trabalho, investiga-se a variável <r>, que é fonológica, pode-se afirmar, sem incorrer em erro, que se sustenta o princípio de que as variantes são formas diferentes de dizer a mesma coisa no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A variável <r> é concretizada pelas variantes: /r/ retroflexo ou *r-caipira* [ɽ], fricativas velar e glotal, surdas e sonoras respectivamente: [ɣ], [x] - [h], [ʁ] e a vibrante ápico-alveolar [r]. Investiga-se também a variante apagamento de /r/ que indica a supressão do fonema /r/ em posição final de sílaba. Como se vê esse processo envolve variação fonológica nos ambientes de final de sílaba, em que a alternância não implica mudança nenhuma de significado nos itens lexicais em que ocorre.

As variáveis independentes às quais se submete a variável <r> são: (i) as extralingüísticas – variação estilística, sexo, idade e classe social; (ii) lingüísticas – contexto fonológico precedente às variantes, contexto fonológico seguinte e tonicidade da sílaba em que elas se encontram. Essas variáveis serão descritas minuciosamente no item 2.3.

O comportamento lingüístico dos falantes fornecem evidência para um único sistema no qual variantes coexistem¹⁷, pois não se fala do mesmo modo, por exemplo a língua portuguesa, em todo território nacional, isto é, em meio ao domínio dessa estrutura comum temos as particularidades de cada região e de cada falante. Em razão disso, depara-se com diferenças diatópicas, as que marcam as peculiaridades de uma região para outra e fazem do adágio *cada terra tem seu uso, cada roca tem seu fuso* uma realidade. Se no Brasil, num lugar se rala a mandioca no *rodete*, noutro no *bolinhote* ou num *caítitu*; numa parte se olha a *sinaleira*, noutras o *semáforo*, o *farol*; numa região se ['koxta] a ['kaxni], noutra se ['koxta] a ['kaɾni].

Às vezes, porém, num mesmo espaço geográfico observam-se diferenças de uso da língua que resultam da variação de idade dos falantes. Sucede, pois, que numa família, em que todos vivem em conjunto e na mesma cidade e até sendo possuidores do mesmo grau de escolaridade, encontram-se diferenças lingüísticas. Os mais idosos podem ler ainda a *gazeta* em lugar do *jornal*, olhar os *reclames* das revistas e não as *propagandas*, ver acesos os *reflectores* dos carros e não os *faróis* e gostar dessas *cousas* e não dessas *coisas*. Os de meia idade acham a vida *bacana*, os mais jovens já a consideram *massa* ou vão ao cinema *pegar uma tela*. Há, pois, um outro nível de diversidade que se observa, aquela decorrente da diferença de idade, a variação etária.

Encontram-se, entretanto, falantes que se identificam com outros do ponto de vista da área geográfica de onde se originam e onde vivem e também por serem da mesma idade, mas que apresentam entre si características específicas e peculiares a cada um. Por exemplo, diria um: *depois nós vamos, preciso comprar carvão*; a que outro ocorreria com *dispois nóis vai, percisu comprá cravão*. Nesse caso, à coincidência geográfica e à etária se contraporía a diferença sócio-cultural, diastrática, que explicaria os diferentes comportamentos lingüísticos desses dois falantes tomados para exemplificação.

Por fim, num mesmo falante registram-se diferenças que decorrem da natureza e do momento de sua elocução, das circunstâncias em que se desenvolve seu discurso ou, ainda, do maior ou menor grau de formalismo que queira imprimir à sua fala. São as diferenças diafásicas que fazem do falante uno enquanto pessoa, multidialetal enquanto usuário de uma língua, capaz de expressar-se diferentemente, mas dotado da possibilidade de elaborar do ponto de vista lingüístico a síntese de todas essas variações de que é portador e emissor.

¹⁷ Cf. Weinreich, Labov, Herzog, 1968, p.160.



Dentro, pois, da unidade que caracteriza um sistema lingüístico, como o português do Brasil, depara-se com a intensa variedade que se esboça diatopicamente com as variações geográficas ou de nível etário, com os resultados da contraposição de idades e épocas, com os resultados provenientes de diferentes graus de integração sócio-cultural dos falantes, as diferenças diastráticas, e, finalmente, com a síntese da variação que se opera num único e mesmo falante, as diferenças diafásicas.

A primeira pesquisa que mostrou a coexistência de variantes em um único sistema, além de apresentar a dimensão social delas foi a realizada em Martha's Vineyard por Labov (1972). Ele ocupa-se com o modo de articular o primeiro elemento dos ditongos /ay/ e /aw/, como em *right* e *house*. Notou o autor na ilha uma tendência para 'centralizar' a primeira vogal desses grupos, isto é, para torná-la mais 'alta' (caminhando num sentido de /e/).

Interrogou a respeito sessenta e nove informantes, tomando em consideração fatores de natureza intra- e extralingüística. Dentre os primeiros: a posição tônica ou átona do ditongo, o seu ambiente fonético (quais as consoantes entre as quais está colocado). Fatores extralingüísticos seriam: a influência estilística, a condição de habitantes, a profissão, a idade, a origem étnica. Estabeleceu ainda uma escala de quatro graus quanto à maior ou menor abertura do primeiro elemento do ditongo, ou seja, detectou quatro alofones na pronúncia dos ditongos.

Da sua pesquisa concluiu que: (i) a centralização é fenômeno dialetal, isto é, próprio da ilha de Martha's Vineyard, (ii) que, na própria ilha, houve tendência para a normalização, ou seja, no sentido das pronúncias de /ay/ e /aw/, próprias da língua-padrão, (iii) que, para a evolução de (ii), concorreram causas sociais, como contatos maiores com o continente, através, principalmente, de uma considerável leva periódica de veranistas, que têm apenas residência de recreio na ilha, mas também por meio da escola, particularmente a superior, onde vão estudar os filhos de famílias locais. Em razão disso, deve ter havido uma reação 'nativista' ante essa invasão fonológica, o que terá levado a uma resistência em favor da pronúncia tradicional. Há, portanto, um contraste marcante entre os que têm a intenção de deixar a ilha e os que pretendem nela permanecer. Estes manifestam forte centralização, ao passo que os primeiros mostram pouca ou nenhuma centralização.

Por essa razão, Labov admite a interação das estruturas lingüísticas e sociais, em outros termos, as pressões sociais exercem-se constantemente sobre a língua, não de algum ponto de um passado longínquo, mas sob a forma de uma força social presentemente ativa. Nesse ponto, ele refuta as interpretações puramente mecanicistas dos neogramáticos quanto

ao processo das evoluções fonéticas que eram somente condicionadas estruturalmente. Por meio do manifesto neogramático¹⁸, o princípio da regularidade da mudança fonológica subentende que os processos operantes durante a mudança são de natureza estritamente fonológica, isto é, as regras que governam a mudança fonológica são exclusivamente fonológicas e, portanto, independentes da função morfológica, sintática e semântica da palavra na qual elas ocorrem. Mesmo assim, não se pode descartar que a busca de regularidades nas mudanças fonológicas parece ter garantido, tradicionalmente, o valor 'científico' dos modelos adotados pela escola neogramática do século XIX.

Hoje, a Sociolinguística, por meio da hipótese de regras variáveis de Labov, mostra que a estrutura da língua é heterogênea. Essa heterogeneidade se visibiliza nas frequências de uso que variam com a idade, a região e o grupo social, tal como Labov mostrou em Martha's Vineyard, e pode ser a mudança linguística sob a forma mais simples que ainda digna desse nome.

1.4 Estigmatização e prestígio

A língua falada em um país não é um sistema invariável, uniforme. Em toda comunidade linguística, existem variações na pronúncia, no vocabulário, na sintaxe, no estilo, nos modos de organizar e representar a realidade. A variação pode estar relacionada a fatores regionais, idade, sexo, escolaridade, posição social, enfim, a inúmeras condições que permitem identificar grupos e subgrupos que partilham situações e temas especiais de interação.

Em razão disso, é comum verificar nas sociedades, sobretudo nas contemporâneas, a existência de um setor dominante com uma(s) variedade(s) linguística(s) parcialmente distinta(s) daquelas que caracterizam os setores econômicos e socialmente desfavorecidos. Acontece que é a variedade dos grupos socialmente privilegiados que mais se aproxima da linguagem usada nas instituições (escolas, universidades etc). Daí resulta a conveniência em conhecer as variedades ditas 'cultas' para facilitar o acesso à informação necessária para o desenvolvimento intelectual. Por outro lado, o uso da linguagem característica de grupos socialmente desprivilegiados estimula os mecanismos do preconceito e tende, portanto, a limitar as oportunidades dos que empregam formas estigmatizadas, para uma participação mais ampla na respectiva comunidade. Por isso, uma das tendências que se pode observar em

¹⁸ Cf. Tarallo, 1994, p.45.

variantes estigmatizadas é a diminuição da frequência de uso delas à medida em que se aumenta o grau de formalidade discursiva, pois o valor social atribuído a elas não é o de prestígio.

De um modo geral, é ocioso 'ensinar' aos falantes de uma língua as formas que eles já conhecem e empregam. A investigação sociolinguística revela que as formas do idioma padrão (ou simplesmente as formas de maior prestígio) são conhecidas, via de regra, mesmo por falantes de variedades estigmatizadas. Esses falantes simplesmente usam as formas de maior prestígio com frequência reduzida e não sabem variar, de maneira conveniente, o uso de acordo com fatores sociais que diferem de um contexto de discurso para outro.

Quando se fala em estigmatização em relação a alguma variante, qualquer que seja a sua natureza, não é improvável que esse conceito encontre algum tipo de origem na base da discriminação social, que tem forte correlação com o tipo de ensino exclusivamente prescritivista que se emprega nas escolas: são estigmatizadas as variantes concorrentes da forma eleita como correta e de prestígio pelo sistema de valores adotado por determinada comunidade de fala linguística; se são estigmatizadas são também consideradas incorretas pelo sistema normativo¹⁹. De um modo geral, as variações que decorrem de diferenças de classe social e econômica se tornam elementos a mais (entre tantos outros) de discriminação.

Deve-se notar que todas essas formas de discriminação que passam pela linguagem se acentuam quando se trata da linguagem escrita. Pela sua própria função, nas sociedades modernas, na escrita, acentuam-se as exigências relativas à linguagem padrão: embora sejam aceitáveis certas variantes na fala, estas são absolutamente discriminadas na escrita.

Pelo fato de a escola ter sempre valorizado a expressão escrita e desprestigiado a expressão oral, variantes, como apagamento de /r/ que são caracterizadas por meio de supressão de fonemas, o que se reflete na escrita, sofrem muito mais essa discriminação do que variantes não possuidoras de reflexos na ortografia, como a pronúncia retroflexa do fonema /r/. Em virtude disso, a variante apagamento de /r/ passa ser mais discriminada e, por consequência, mais estigmatizada no contexto escolar ou em outros contextos mais formais, que requerem mecanismos e recursos mais complexos, do que a retroflexa.

Talvez o valor social de desprestígio atribuído à pronúncia retroflexa de /r/ advenha do fato de ela ser uma das características mais marcantes de dialetos caipiras de zonas localizadas no interior do sudeste e do centro-oeste brasileiro, como interior do estado de São

¹⁹ Cf. Camacho, 1984, p.239.

Paulo e de Mato Grosso²⁰, o que denuncia o desprestígio social de costumes e de comportamentos lingüísticos advindos de zonas rurais quando confrontados com os das metrópoles.

Em contrapartida, as fricativas glotal e velar e a vibrante ápico-alveolar são conhecidas como detentoras de prestígio social entre os membros da comunidade, principalmente nas regiões em que são freqüentemente usadas.

Como a língua pode ser encarada como um sistema de integração de valores, as diferenças no desempenho da fala correspondem a uma polarização de valores que se desenvolve, geralmente, por classes que determinam o caráter político da respectiva comunidade assim como sua estrutura social formal, ou seja, um sistema de valor implicado pelo padrão de fala dominante:

[...] É óbvio que a distribuição de valores sociais se torna institucionalizada pela elevação de uma variedade de prestígio à condição de língua padrão que, como tal, passa a ser veiculada no sistema escolar, nos meios de comunicação, na linguagem oficial do Estado, etc. O mecanismo é simples: como os detentores da variedade de prestígio controlam o poder político das instituições, que emana das relações econômicas e sociais, são também detentores da autoridade de vincular a língua à variedade que empregam (CAMACHO, 2001, p.59).

Isso significa que a escola é capaz de eliminar variantes que seu sistema de valores considera incorretas e inadequadas, deixando de lado o cultivo de habilidades importantes como a percepção da diferença entre duas variantes e o conhecimento do valor social de uma sobre a outra. Habilidades que dariam ao alunado a capacidade de selecionar a variante adequada de acordo com o grau relativo de formalidade de situação.

O enfoque proposto pela Sociolingüística, nesse âmbito, é diferente: ela atribui valor lingüístico igual às variantes, pois não existe variante superior, ou ainda, uma mais deficiente que a outra. O que está em jogo, na realidade, quando se está diante de variações, é a evidente heterogeneidade sistemática da linguagem em detrimento da homogeneidade tão esperada pela escola.

Em resumo, para a Sociolingüística, a estigmatização é um valor atribuído a variantes que não fazem parte das formas de manifestação de prestígio da língua e que, geralmente, são mais utilizadas por comunidades de nível sócio econômico mais baixo numa prática coloquial.

²⁰ Cf. Amaral, 1920, p. 78.

Em contrapartida, o prestígio estaria ligado à língua-padrão, modalidade culta e formal, que permite acesso à tradição cultural da classe dominante.

É claro que esses valores institucionais para, por exemplo, elevar o status de uma variedade de prestígio à condição de língua-padrão, são passados pela escola, e veiculados também pelos meios de comunicação. Daí advém o poder lingüístico das instituições que funcionam como detentoras da autoridade de veicular a língua à variedade que empregam²¹.

O que a Sociolingüística propõe, nesse sentido, é o respeito à variedade lingüística do falante, que tem um papel importantíssimo no processo de comunicação e no exercício criativo da linguagem: o *modelo da diferença verbal* e não da *deficiência*²². É nesse respeito que se pode melhor atribuir aos falantes o acesso à norma culta sem as conseqüências prejudiciais da imposição escolar, eivada de preconceitos. Por mais distante que a linguagem do falante seja da variante padrão, ela é extremamente complexa, articulada, longe de ser um falar rudimentar e pobre. Se for desconsiderada essa riqueza lingüística, ao mesmo tempo, ocorre a negação de que o aprendizado lingüístico se dá pela exposição e participação na fala dos grupos com os quais as pessoas convivem.

Todo falante tem a sua disposição diversos recursos expressivos de valor social diferente, por isso é um equívoco querer impor a substituição da modalidade coloquial, que é aquela que ele traz consigo, pela modalidade padrão. Mesmo porque, se se atribuem valores sociais diferentes a essas expressões lingüísticas, é porque elas se associam a diferentes atividades e a diferentes propósitos sociais. A atribuição de estigma ou prestígio social é obra exclusiva das relações sociais em jogo.

Nesse sentido, talvez sejam apenas as comunidades externas aos limites dialetais do /r/ retroflexo que estigmatizam seus usuários, já que esta pronúncia de /r/ é uma das características marcantes do dialeto caipira, ou, ainda, esteja ocorrendo conflito entre uso e norma (veja item a seguir) dos falantes riopretenses no que se refere à pronúncia retroflexa do fonema /r/.

1.5. Uso e norma

A função da língua é a comunicação dentro de uma coletividade, de uma sociedade. Ora, desde que a língua preencha essa função e se adapte às condições sociais da interação

²¹ Cf. Camacho, 1984, p.232.

²² Cf. Wolfram; Fasold, 1974.

verbal, ela está, digamos assim, *correta*. Do ponto de vista lingüístico o conceito de correção não se aplica; o que se aplica é o conceito de gramaticalidade: se a forma em questão encontra respaldo no uso ela deve ser legitimada como pertencente ao sistema lingüístico.

A noção de *erro*, porém, não é de natureza lingüística *stricto sensu* mas de caráter social. O *erro* resulta de um julgamento social, do fato de a sociedade avaliar o falante levando em conta uma determinada variedade de uso da língua socialmente prestigiada em confronto com outra estigmatizada, marcada, olhada com certo viés negativo. A noção de *erro* torna-se, pois, uma noção de caráter social e não lingüístico. E é fácil demonstrar-se isso.

Segundo Mussa (1991, p.53), há tempos não se ouvia dizer *pego*, mas sempre *pegado*. Ora, dizer-se *pego* naquela época seria *erro* porque a coletividade repelia essa manifestação do falante por tratar-se de uma exceção dentro da regra de comportamento lingüístico da comunidade naquele então. Hoje observa-se que tal uso vem-se generalizando, atingindo os quatro cantos do país, as diferentes faixas etárias e os diferentes estratos socioculturais. Assim, dizer-se, hoje, *pego* vem se constituindo na regra e a quase exceção passa a ser *pegado*.

A correção consiste, pois, na observância da norma lingüística própria do grupo a que o indivíduo pertence e ainda das circunstâncias momentâneas em que se exprime, isto é, a obediência à norma adequada a cada indivíduo, segundo o quadro social em que está integrado e a finalidade expressiva ou comunicativa específica de cada um dos seus atos lingüísticos. Isto significa que, por muito pouco complexa que seja a comunidade idiomática em questão, ela supõe infalivelmente a existência de um número maior ou menor de normas lingüísticas diversas; e significa também, conseqüentemente, que o critério da correção gramatical ou expressiva não é o mesmo para todos os membros da comunidade.

Vê-se, pois, que para a lingüística não tem qualquer sentido a natureza absoluta da dicotomia *certo* e *errado*, já que as normas compartilhadas pelos membros de uma coletividade se transformam ao longo do tempo e nos diferentes espaços geográficos. Os usos que, num dado momento, apresentam-se como diferentes, convertem-se, depois, em genéricos e do domínio de todos. Fica clara a noção de que todas as modalidades de uso de língua são lingüisticamente aceitáveis e, por isso, adequadas à situação de interação a que se destinam. A distinção que se faz entre elas é de cunho exclusivamente social e quem estigmatiza as diversas variedades da língua é a própria sociedade que manifesta a sua preferência por uma das modalidades e a sua repulsa por outras.

Mais especificamente, o caráter de prestígio ou estigmatização das variantes está ligado ao conceito de norma. Entretanto, quando se fala em norma, é preciso atentar para dois aspectos: o descritivista e o prescritivista²³. O primeiro refere-se a uma norma num sentido mais amplo, por consistir num conjunto de realizações que fazem parte do sistema lingüístico, em outros termos:

[...] definição de norma baseada estritamente no estudo de frequências observáveis dos fatos funcionais e não um sistema de regulamentos, que define o que deve ser escolhido entre os usos de uma língua. Trata-se de substituir os fatos de autoridade pela autoridade dos fatos (CAMACHO, 1981, p. 19-20).

Por outro lado, o valor prescritivista da norma advém de usos e atitudes adotados pela classe social de prestígio da região politicamente polarizadora, portanto um sentido mais restrito, ou seja, o sistema de ensino adota a norma culta ou a de maior prestígio social, que passa a corresponder, por conseguinte, à norma prescritiva. Nesse sentido a norma pedagógica é a de caráter prescritivo, ou melhor, norma prescrita, registrada em gramáticas, dicionários, torna-se pedagógica na medida em que passa a ser veiculada pela escola.

Por sua vez, esse caráter prescritivo liga-se a dois componentes fundamentais do conceito mais estrito de norma: (i) norma objetiva e (ii) norma subjetiva. A primeira corresponde ao uso que o grupo detentor de bens sócio-culturais faz da linguagem, denominada padrão-real. A segunda consiste na atitude lingüística que o falante assume perante a norma objetiva, denominada padrão-ideal.

Isso significa que a norma prescritiva corresponde, então [...] “a uma idealização do padrão-real de que a classe sócio-econômica e culturalmente mais elevada é detentora” (CAMACHO, 1981, p.21).

Em virtude disso, a norma antes é um mecanismo tipicamente ideológico, já que passa por um padrão neutro e universal em relação à língua, se se pensar na prática pedagógica, ou melhor, “a língua só adquire o direito de ser a língua quando é uma forma institucionalizada de imposição, como se somente existisse essa variedade de linguagem por ser considerada correta e eficaz em todas as circunstâncias de interação” (CAMACHO, 1984, p.232).

No entanto, para a Sociolingüística a norma não se restringe a esse caráter puramente prescritivo que subjaz à prática pedagógica. Em virtude disso, adquire um caráter mais amplo, o de padronização lingüística imposto por cada comunidade lingüística. A norma padrão seria

²³ Cf. Camacho. 1981. n.19-20.



então considerada uma padronização ideal para que os falantes de uma determinada comunidade lingüística atinjam o comportamento social esperado pela classe dominante. Assim, [...] “uma língua padrão não é senão um conjunto codificado de normas lingüísticas consideradas socialmente aceitáveis pelo estrato social de maior prestígio na comunidade” (CAMACHO, 1984, p.125).

Além disso, a norma pode ser ainda estudada por outros dois prismas diferentes: o dos padrões de comportamento implícitos ou dos explícitos. Em outros termos, por ‘normas implícitas’, quer-se referir aos padrões cuja realização reflita uma aceitação geral subconsciente: é a força do hábito que exerce pressão para que os indivíduos se adaptem a elas. Por ‘normas explícitas’, quer-se referir aos padrões de conduta que constituem o conjunto formal das leis promulgadas e impostas pela sociedade, bem como aos que constituem o conjunto dos princípios éticos claramente expostos e compartilhados por todos os seus membros²⁴.

Uma vez estabelecida, seja por meio de um processo formal, seja por meio de um processo informal, ou de ambos, a norma lingüística desempenha alguns tipos específicos de funções comportamentais. Esse fato é, provavelmente, um dos motivos mais fortes pelos quais o processo de padronização lingüística acaba sendo inevitável.

Apesar de haver fortes razões sócio-culturais para que ocorra a padronização, a lingüística contemporânea tem analisado as conseqüências da padronização formal imposta pela imposição de normas prescritivas de correção em relação diametralmente oposta ao arcabouço descritivo, por meio do qual a lingüística aborda o seu objeto de análise.

Torna-se evidente, então, a recusa do padrão ideal, ou norma prescritivista, por meio de seleção de uma variedade escrita e literária como a única correta em detrimento de outras formas usadas em outras circunstâncias de interação verbal, sumamente variadas e variáveis, nas quais a norma socialmente estabelecida e empiricamente observável deve se tornar mais aplicável ou menos²⁵.

Diante disso, neste trabalho, não se postula, de forma nenhuma, a rejeição da existência da norma culta. Apenas ela é considerada uma variedade dialetal a mais, em nenhum aspecto e sob quaisquer critérios, jamais superior às demais variedades alternativas.

Quanto às variantes em questão, individualiza-se o uso das fricativas e da vibrante áptico-alveolar pelo seu alto grau de prestígio social veiculado pelos meios de comunicação,

²⁴ Cf. Rey, 1972, p.5.

²⁵ Cf. Camacho, 1981, p.28.



por serem variedades de comunidades que desfrutam de prestígio sócio-cultural no país. Um dos reflexos desse valor social, mesmo em regiões do interior do sudeste e centro-oeste brasileiro, em que a pronúncia retroflexa é característica lingüística marcante, é a não atualização de /r/ retroflexo em discursos orais de jornais televisivos. Pode-se dizer que ele consiste numa forma desprestigiada diante do ponto de vista das ápico-alveolares, por exemplo. O padrão ideal é que os jornalistas eliminem a retroflexão do fonema /r/ em prol de um *falar bonito*. Por outro lado, em situações mais informais de fala, os dados apontam para freqüência majoritária de uso de /r/ retroflexo, especialmente na comunidade riopretense, o que denota uma certa aceitação.

2.1. O envelope de variação

Nesta pesquisa, há, a rigor, dois processos de variação. De um lado, a pronúncia retroflexa em alternância com qualquer outra pronúncia de /r/; de outro, o /r/ retroflexo em alternância com a ausência de qualquer segmento que represente o fonema /r/. Como posição de final de sílaba interna não é, por definição, contexto para ausência de /r/, examina-se aí a variante retroflexa em covariação com qualquer outra pronúncia de /r/ e ausência de /r/ em final de sílaba externa, visto que, nesse contexto, pode ocorrer também apagamento. Por isso a variável em questão é composta tanto por qualquer outra pronúncia não retroflexa do fonema /r/, quanto pela ausência de /r/, variantes que se descrevem a seguir.

O envelope de variação consiste na variável <r> em posição final de sílaba, representada pelas seguintes variantes: (i) variante retroflexa - [ɽ], que é, pejorativamente, chamada de *r-caipira* por ser amplamente usada em localidades não-metropolitanas, como o interior do estado de São Paulo, no Mato Grosso do Sul, no norte do Paraná e em algumas regiões de Minas Gerais. Essa variante é um caso típico de forma desprestigiada, quando vista sob a ótica da norma de outras comunidades não usuárias; (ii) vibrante simples ápico-alveolar - [r], atribuída à região metropolitana de São Paulo; (iii) fricativas glotal surda e sonora respectivamente [h] - [ɦ]; (iv) fricativas velar surda e sonora respectivamente [χ] - [x]. As fricativas, embora sejam usadas no litoral brasileiro, são estereotipadas como pertencentes unicamente ao dialeto carioca²⁶. Com esse envelope de variação, pretende-se enfocar a variante retroflexa na comunidade de São José do Rio Preto em contraste com qualquer outra pronúncia de /r/ ou mesmo com apagamento de /r/.

Da variante retroflexa, ou *r-caipira*, tem-se notícia já num estudo dialetológico pioneiro, em que Amaral (1920, p.21) forneceu a seguinte descrição fonética dela:

[...] r inter e pós-vocálico (arara, carta) possui um valor peculiar: é línguo-palatal e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta para contra a arcada dentária superior, movimento este que produzia modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos

²⁶ Cf. Camacho, 2001, p.58.

molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóboda palatal.

Segundo Head (1973), tal descrição articulatória permitiria classificar essa variante de /r/ como retroflexa. Como essa propriedade resulta de diversas articulações, além da retroflexão da língua, como o levantamento do dorso dela, o referido autor considera que:

[...] o termo r-caipira deverá ser empregado para indicar qualquer líquida não nasal, não lateral, cujo efeito acústico é semelhante ao do r retroflexo (seja retroflexa a articulação, ou seja de outra forma, mas com a característica acústica de rebaixada ou bemolizada) (HEAD, 1973, p. 46).

Nesse mesmo sentido, empregamos a expressão /r/ retroflexo neste trabalho. Ou melhor, usamos a denominação /r/ retroflexo à variante que Head (1973, p.46) chama de *r-caipira*, no inglês *flat*, embora essas propriedades resultem de diversas articulações e não apenas da retroflexão da língua: entre as outras articulações que produzem ou contribuem para o mesmo efeito acústico, figurando o levantamento do dorso da língua.

Segundo Cagliari (1997, p.5), em alguns dialetos, como o paulista, ocorre uma diferença fonética entre a retroflexa sonora anterior, [ɹ], e a posterior sonora, [ɻ]:

No dialeto caipira, predomina, em todos os contextos, a realização de uma consoante retroflexa posterior sonora. A diferença fonética entre a retroflexa anterior e a posterior reside no fato de a primeira realizar-se com a ponta da língua levemente levantada (som apical), sem tocar os alvéolos dos dentes incisivos superiores e, a segunda, com a ponta da língua recurvada em direção à região articulatória palatoalveolar ou até mais posterior (em casos de ênfase).

Neste trabalho, no entanto, não se distinguem as duas pronúncias retroflexas, embora elas existam, pelo fato de não se investigarem as propriedades fonéticas e de, além disso, apenas observá-las como traços da própria variante retroflexa. De qualquer modo, acrescenta-se que, em contexto de leitura de texto, contextos diante de anteriores, centrais e de posteriores, pode aparecer essa gradação.

De uma maneira geral, é o traço distintivo de cavidade *distribuída* [+/- dis] que serve para diferenciar consoantes retroflexas de não-retroflexas. Esse traço, que se refere aos pontos

de articulação do segmento retroflexo, permite explicar em que lugar do trato vocal se produzem as modificações da corrente de ar. Assim, sons retroflexos serão [-dis], porque o comprimento da constrição é mais reduzido; por outro lado, sons não retroflexos serão [+dis] pelo fato de ocorrer o inverso²⁷.

O traço determinante na classificação de uma consoante vibrante é o modo de articulação e não o lugar ou ponto de articulação em que esse som é produzido. Neste trabalho, investiga-se a vibrante simples que, por exemplo, ocorre em *Araraquara*, caracterizada como vibrante simples ápico-alveolar. Pode-se dizer que, em contextos de final de sílaba, é a rigor o mesmo fonema que a tradição fonética em língua portuguesa denomina simples. A denominação 'alveolar' é decorrente do lugar de articulação: "é o som produzido com a parte da língua em direção aos alvéolos dos dentes incisivos superiores" (CAGLIARI, 2001, p.125). Nos contextos de neutralização, em final de sílaba, a vibrante simples se diferencia da retroflexa pelo traço "contínuo que indica que, na produção dos sons contínuos, há uma obstrução da passagem do ar pelo trato vocal, mas sem chegar a ser total" (MORI, 2001, p.168). Esta é [+con], aquela [-con].

Já as fricativas, que também alternam no mesmo contexto, são classificadas pelo modo como o ar passa pelo aparelho fonador, produzindo fricção. Este estreitamento pode ocorrer em qualquer parte do aparelho fonador: da glote até os lábios²⁸. As variantes fricativas que poderiam co-ocorrer com a pronúncia retroflexa são as glotais e as velares. Essa bipartição advém do lugar em que o som é articulado, ou ainda, do lugar em que a ponta da língua toca ao produzir os referidos sons: nas glotais, "o som é produzido com a articulação das cordas vocais"; nas velares "o som é produzido com o dorso da língua contra o palato mole" (CAGLIARI, 2001, p.125). Além disso, as fricativas se diferem de outros segmentos consonantais, como por exemplo as plosivas, pelo traço *distensão retardada* [+/-DR], que consiste no fechamento gradual do trato vocal na hora em que este é liberado²⁹. As fricativas apresentam o traço [-DR] e as plosivas, [+DR]. A distinção surdo e sonoro serve para classificar os pares mínimos das fricativas: velares surdas, de um lado, e sonoras, de outro. O mesmo procedimento se dá com as glotais. Quando o som torna-se aspirado, é classificado como surdo, quando é murmurado, como sonoro. Por exemplo, *horse* e *house* respectivamente (fricativas glotais)³⁰.

²⁷ Cf. Mori, 2001, p.165.

²⁸ Cf. Cagliari, 2001, p.122. ✓

²⁹ Cf. Mori, op. cit., p.170.

³⁰ Cf. Cagliari, op. cit., p.112; MORI, op. cit., p.154.

Completa o envelope de variação, a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes; <r> é, portanto, a variável dependente, que é constituída pelas seguintes variantes em final de sílaba: pronúncia retroflexa, alternando com vibrante simples ápico-alveolar, fricativas glotal e velar; em contexto de final de sílaba externa, também com apagamento de /r/.

Quanto às variáveis independentes, elas são de dois tipos, as externas (ou extralingüísticas) e as internas (ou lingüísticas). As variáveis externas são: 1. diferenciação estilística ou de registro; 2. Variação etária; 3. Sexo dos informantes e 4. Variação sócio-econômica. As variáveis independentes internas são: 1. Posição das variantes em relação ao contexto fonológico precedente; 2. Contexto fonológico seguinte e 3. Tonicidade da sílaba em que se encontram as variantes. A subdivisão em subfatores de cada um desses grupos de fatores é relatada detalhadamente no item 2.3. A identificação da variável dependente, bem como a descrição de suas respectivas variantes e o estabelecimento de grupos de fatores externos ou internos servem para a operacionalização de hipóteses formuladas.

2.2. Os grupos de fatores e a formulação de hipóteses de investigação

Além da investigação que conduz à verificação do uso da variável em relação aos grupos de fatores mencionados, há que se submeter os dados à norma compartilhada pelos falantes da comunidade riopretense, por meio de testes de avaliação criados por Labov (1974). A idéia é verificar se o padrão de distribuição no uso real está de acordo com as normas interiorizadas pelos falantes a respeito da natureza neutra, estigmatizada ou prestigiada da pronúncia retroflexa, que é típica da região de São José do Rio Preto.

Em virtude disso, duas hipóteses alternativas são possíveis: se, por um lado, o preconceito lingüístico em relação à pronúncia retroflexa mostre ser ela uma variante estigmatizada inclusive para a comunidade riopretense, é possível que ele se manifeste somente na norma dos falantes e não no uso, havendo, por conseguinte, uma defasagem entre uso e norma; se, por outro lado, o preconceito de falantes de fora da comunidade não afetar diretamente a avaliação dos usuários do *r-caipira*, é possível haver sintonia perfeita entre a norma e o uso.

Neste trabalho, considerou-se o fator 'variação estilística' como um grupo formado por três subfatores, cada qual representando um diferente grau de formalidade discursiva:

narrativa oral de experiência pessoal (informal); leitura de texto (formalidade média) e leitura de lista de palavras (estilo ou registro relativamente mais formal). Segundo Labov (1972), é possível medir o grau de formalidade discursiva por meio da atenção que o entrevistado presta a seu discurso, de modo que quanto mais atenção à forma, mais formal, sendo o inverso também verdadeiro. No caso, a narrativa de experiência pessoal é considerada o estilo mais informal porque, dentre as outras duas, é a que deixa o entrevistado mais envolvido com o conteúdo do que com a forma de expressão. Já nas outras duas, por serem leituras de textos, exigem do informante uma maior atenção, daí a sua maior formalidade.

Assumindo-se que a explicação dos fatos lingüísticos pode estar fora do sistema lingüístico, a hipótese que se formula para a consideração do grupo de fatores 'variação estilística' é a de que, caso o aumento do grau de formalidade do discurso implicar um decréscimo regular nos índices de uso da variante retroflexa e acréscimo proporcional de outras variantes, deduz-se que, apesar do uso regular, a comunidade riopretense considera ser uma marca de desprestígio social a retroflexão do fonema /r/.

As hipóteses motivadas pela seleção do grupo de fatores 'idade' são duas: (i) do fato de os índices do /r/ retroflexo aumentarem progressivamente conforme a redução de idade, numa relação inversamente proporcional, seria possível deduzir que esse traço fonético é uma marca renovada de prestígio na comunidade e não poderia estar em vias de desaparecimento, como mostra a pesquisa de Head (1973) para a comunidade de Franca; (ii) se, no uso, houver estigmatização de variante retroflexa, é de esperar que a incidência dela se reduza progressivamente conforme o decréscimo de idade, numa relação diretamente proporcional; nesse caso, os dados de Rio Preto poderiam confirmar a hipótese de que a pronúncia retroflexa corre o risco de desaparecer, deixando de constituir uma marca de identificação cultural de seus falantes.

Pela relação entre idade e grau de escolaridade, é possível verificar se a maturidade escolar ou a etária é mais decisiva no processo de aquisição de um padrão de prestígio. No caso da variável em estudo, interessa ver a atribuição de prestígio e de estigmatização em relação à variação entre retroflexão e apagamento. Com respeito à retroflexa, é possível que seja reduzido o papel da normatividade, visto que esse tipo de variação tem menor visibilidade, por exemplo, no sistema escolar: por restringir-se a questão de pronúncia, a retroflexão não sofre correção aberta no processo de ensino. O mesmo não se aplica ao apagamento: sabe-se, com efeito, que a norma pedagógica se abate invariavelmente sobre a

ausência de segmentos na escrita dos aprendizes, corrigindo-a sistematicamente no processo de ensino³¹.

A literatura sociolinguística traz resultados de várias pesquisas que atestam haver, não só no português, mas também em diversas outras línguas, um padrão geral de comportamento da variável *sexo* em relação a fenômenos de variação estável e de mudança em curso: as mulheres se orientam linguisticamente em direção a formas de prestígio.

Apesar de estarmos empregando o termo 'sexo' é necessário salientar que não se trata de diferença biológica, mas social. Segundo Chambers (1996, p.40), as sociedades podem diferir consideravelmente na medida em que diferenças de sexo, que são biologicamente determinadas, permitem definir papéis de gênero que são socialmente determinados. De qualquer modo, as relações são muito próximas: diferenças de gênero são parcialmente baseadas em diferenças de sexo. O papel social da maternidade é tradicionalmente assumido por mulheres como consequência de suas funções biológicas de conceber as crianças e cuidar delas.

A sensibilidade feminina ao valor social da heterogeneidade lingüística explica, por exemplo, certa discrepância observada em estudos de mudança. Para alguns fenômenos de variação, as mulheres constituem força propulsora de formas inovadoras; para outros, força de retenção de formas mais antigas. O que está em jogo, em todos os casos, é o prestígio social da inovação. Mulheres lideram inovações que implementam no sistema formas avaliadas positivamente. É o caso amplamente conhecido da mudança do /r/ na cidade de Nova Iorque, estudado por Labov (1972).

A correlação entre prestígio e sexo se justifica nas diferenças decorrentes do processo de socialização. Historicamente, as sociedades ocidentais se organizaram a partir de rígida demarcação entre papéis masculinos e femininos, separação que é, sem dúvida, mais notável nas gerações mais velhas. Assim, a linguagem mais 'correta' torna-se mais condizente com o estereótipo feminino, pelo fato de a mulher, como mãe, ser a mentora da educação infantil. A hipótese motivadora pela seleção desse grupo de fatores é a de que, havendo atitudes de prestígio/estigmatização, as mulheres sejam mais sensíveis aos valores sociais que os homens.

É necessário ressaltar que, contrariando um pouco essa expectativa de comportamento, ao estudar a concordância verbal entre falantes da periferia da cidade de São Paulo, Rodrigues, A. (1989, p.580) mostra que, com verbos na 3ª pessoa do plural, a diferença é

³¹ Cf. Mollica, 1995, p. 125.



irrelevante; já com verbos de 1ª pessoa, seus resultados contradizem o padrão de comportamento dos dois sexos apresentado na maioria dos trabalhos que investigaram o significado deste fator na variação lingüística: as mulheres das comunidades estudadas tendem a usar as formas verbais não-padrão, sem marcas formais de concordância do verbo com seu sujeito P4. Isso mostra que a influência de sexo deve ser relativizada e interpretada de acordo com a natureza social da comunidade investigada.

A importância do fator classe sócio-econômica, por seu lado, como variável independente na análise neste trabalho, relaciona-se também à possível natureza estigmatizada do /r/ retroflexo. Se os falantes de classe baixa apresentarem um acréscimo regular de acordo com o grau de formalidade em relação ao uso dessa variante e, por outro lado, os falantes da classe alta demonstrarem comportamento oposto em direção de um decréscimo progressivamente regular, ter-se-ia aí uma forte evidência de estigmatização da alternativa retroflexa do fonema /r/.

Passa-se a tratar agora da relação entre grupos de fatores de ordem interna, a variável independente, e as hipóteses que a justificam.

O objetivo específico deste trabalho é examinar o grau de estigmatização da variante retroflexa em relação a suas alternativas; nesse caso, são os diferentes contextos fonológicos e não algum fator de ordem externa que podem exercer papel mais determinante na escolha de uma ou outra variante. Trata-se de observar, em final de sílaba interna ou externa, se a natureza do segmento seguinte exerce influência na seleção de uma das formas alternativas. Sabe-se que, em final de sílaba externa, as consoantes que travam sílaba podem formar juntura fechada ou juntura intervocabular com a vogal seguinte (*overlapping fonológico*): quando a palavra termina com o fonema /r/ e a seguinte começa por vogal, o fonema realiza-se como [r] em juntura de palavras, exemplo: ['mar] ['autu] → [ma'rautu]. Nesse caso, emprega-se automaticamente uma variante ápico-alveolar, não a retroflexa, que ocorreria preferentemente diante de consoante ou mesmo de pausa. Nesse mesmo contexto de final de palavra, a pronúncia de algum segmento representando o fonema /r/ pode simplesmente alternar com apagamento. Nesse caso, resta saber se ausência de segmento constitui variante mais estigmatizada que a própria pronúncia retroflexa, de acordo com a tendência normativa de corrigir apagamentos em situação de ensino-aprendizagem de língua materna.

Já em contexto de final de sílaba interna, as possibilidades de variação ficam restritas apenas aos casos de variação segmental, não de apagamento, ainda que não seja absolutamente impossível a ocorrência dessa variante em alguns itens lexicais específicos.

Espera-se que a variante apagamento de /r/ seja mais estigmatizada que a retroflexa, em razão de ser mais perceptível (ausência de um fonema). Tem-se observado essa correlação entre maior percepção e maior estigmatização, principalmente no português oral da região do Rio de Janeiro³².

O grupo de fator *tipo de sílaba* está especificamente relacionado com tonicidade. Como se sabe, as sílabas podem ser tônicas ou átonas, dependendo de seu grau de saliência. Como essa saliência provém de uma intensidade maior em português, a hipótese para a seleção desse grupo de fatores é a de que sílabas tônicas possam favorecer a retroflexão, o que fica claro na relação entre *eterno* e *eternidade*, por exemplo, em que a maior saliência da vogal tônica onde recai a retroflexão parece favorecer um grau maior de intensidade do que na derivada, em que muda a posição da tônica.

2.3 Métodos e técnicas de investigação

Para o estudo do *r-retroflexo*, aplicou-se metodologia sociolingüística, com base nos estudos de Labov (1972), Wolfram; Fasold (1974) e Tarallo (1985). As técnicas de investigação incluem a observação de diversos estilos, de acordo com o grau de reflexão do falante.

Como critério para medir o uso lingüístico segundo o grau de formalidade, Labov isolou, numa situação artificial de teste, cinco tipos de estilos contextuais que variam do mais informal para o menos informal: Estilo A, língua corrente, usual; Estilo B, língua cuidada, como o estilo que se obtém por meio de uma entrevista gravada; Estilo C, leitura de texto; Estilo D, leitura de lista de palavras; Estilo E, leitura de lista de pares mínimos³³. Obtêm-se os estilos A e B mediante a proposta, pelo entrevistador, de tópicos de conversação que envolvam emocionalmente o informante, que passa a despreocupar-se assim da forma. Na direção do estilo mais formal, o entrevistador deveria acrescentar uma série de contextos em que maior atenção se daria à forma da expressão: o entrevistador solicitaria do informante que lesse um texto, em seguida, que repetisse uma lista de palavras isoladas e finalmente que repetisse uma lista de pares mínimos de palavras que difeririam apenas pela variante em pauta.

A observação de diversos estilos está especificamente relacionada à variação do /r/ retroflexo: a presença ou ausência desse segmento num mesmo contexto fônico. Para tal

³² Cf. Mollica, 1995, p. 123.

observação, realizou-se levantamento de narrativas de experiência pessoal, que configuram o registro mais informal, leitura de um texto escrito e leitura de listas de palavras na direção do registro mais formal (ver ANEXO A).

Infelizmente o fato de que a pessoa está sendo entrevistada, ou que está sendo gravada, é um obstáculo para se obter uma fala mais casual. Labov (1972) refere-se a esse problema como *o paradoxo do observador*: para obter os dados mais naturais e, portanto, importantes para teoria lingüística, é necessário observar como as pessoas falam quando não estão sendo diretamente observadas. Todavia, diante de um gravador e de um documentador, isto é, em situações em que é diretamente observado, raramente um falante manifesta o estilo mais informal. Para sobrepujar esse paradoxo, Labov sugere propor, como temas de conversação, assuntos com os quais o informante se envolva emocionalmente, de modo a prestar mais atenção ao conteúdo do que narra do que à forma de narrar. Usando-se essa técnica, é possível neutralizar os obstáculos naturais inerentes a qualquer situação de entrevista.

O objetivo da *entrevista espontânea* é direto, simples: o entrevistador quer obter a conversa mais livre possível, ou melhor, ele quer que o informante focalize o tópico da conversa de uma maneira tal que ele preste a mínima atenção à maneira como está falando (WOLFRAM; FASOLD, 1974). Em virtude disso, o critério que define os estilos é o grau de atenção que o informante presta à forma de expressão: quanto menor a atenção, mais informal o registro e vice-versa. Portanto, durante a coleta dos dados, os informantes foram encorajados a gravar narrativas, sem qualquer interrupção por parte do documentador. No momento de gravação das narrativas, as questões formuladas para o desenvolvimento de um tópico seguiram os seguintes critérios: (a) tinham a finalidade de provocar um relato, evitando as que permitissem ao informante responder apenas sim ou não; (b) são questões com as quais os informantes pudessem relacionar-se emocionalmente; nesse caso, propôs-se o tema 'perigo de vida' (c) seguiram pistas de interesses dos informantes, ao formulá-las; (d) as questões deveriam ajudar aliviar a conscientização do informante sobre a sua própria fala.

Quanto ao estilo leitura de textos, empregou-se como fonte de levantamento, um texto previamente elaborado e composto de modo tal a abranger todos os contextos fonológicos em que as variantes investigadas pudessem ocorrer.

Em relação à lista de palavras é necessário prevenir, entretanto, que, como se trata de tais listas isoladas, não é possível abranger todos os contextos fonológicos previstos no teste

³³ Cf. Labov, 1972, p. 115.



para leitura de texto. Assim, esses dois contextos estabelecidos são apenas parcialmente comparáveis.

A primeira fase do levantamento forneceu o diagnóstico do uso, mediante frequência entre as variantes e fatores lingüísticos e extralingüísticos, conforme acima mencionado.

Com relação apenas aos fatores extralingüísticos, os informantes foram distribuídos em duas classes sociais distintas para a variável 'classe social'; três faixas etárias para a variável 'idade' e os dois segmentos da variável 'sexo', totalizou-se um montante de doze células³⁴, o universo de pesquisa totaliza sessenta informantes. Essa amostragem é constituída por falantes de São José do Rio Preto mediante uma seleção não estritamente aleatória³⁵, já que os informantes deveriam, por princípio, estar distribuídos por diferentes categorias sociais, o que elimina, de saída, uma absoluta seleção aleatória³⁶.

Este trabalho se limitou a apenas dois níveis sociais distintos, em decorrência das dificuldades surgidas, tanto para a escolha de um esquema simplificado de classificação sócio-econômica, quanto para a aplicação de um instrumento de investigação social apropriado.

Para evitar o risco de apresentar dados não correspondentes à situação real, o que poderia causar prejuízos irremediáveis à investigação, recorreu-se ao que Warner (1960; apud WOLFRAM; FASOLD, 1974) chama de *Index of status characteristics* (*indexador de características de status*). Os indexadores utilizados, neste trabalho, para avaliação dos informantes na estratificação social foram: ocupação, instrução e renda familiar, basicamente, os mesmos selecionados por Labov (1972) na investigação da fala de Nova Iorque. Estabeleceu-se que o fator renda familiar deveria levar em conta o montante de recursos em relação ao número de membros da família. Atribuiu-se peso aos fatores; aplicando-se o critério de somatória de pontos, obteve-se a faixa de 12 a 22 pontos para que o informante fosse enquadrado na classe alta e abaixo dos 12 pontos, na classe baixa (ver ANEXO B).

A separação dos informantes em três grupos etários tornou possível observar se há mudança das variantes investigadas que ocorrem no *tempo aparente*: para ser possível atestar a mudança em progresso em relação a variantes lingüísticas, é necessário que elas sejam correlacionadas aos diversos grupos etários; esse recorte transversal de uma amostra sincrônica, em função da faixa etária dos informantes, é a técnica variacionista de distribuição

³⁴ Cf. Tarallo, 1985, p. 30.

³⁵ Cf. Wolfram; Fasold, 1974, p. 63.

³⁶ Cf. Wolfram; Fasold, op., cit., p. 49.

por tempo aparente (TARALLO, 1985, p. 65). Assim, os informantes mais velhos podem usar termos que não estejam em uso por muitos anos, pois retiveram padrões fonológicos e gramaticais que aprenderam na juventude, enquanto a nova geração pode usar formas diferentes.

A gravação das sessenta entrevistas para constituição do *corpus* foi realizada por uma equipe de documentadores, especialmente treinada para a tarefa, constituída por alunos da disciplina Sociolingüística do curso de Licenciatura em Letras, períodos diurno e noturno. Para a organização da coleta de dados, distribuiu-se um guia, que regulamentava os procedimentos que o documentador deveria adotar no momento de entrevista e no momento de transcrição, constante do anexo C, denominado 'Normas para apresentação do trabalho'. Além desse treinamento específico, a metodologia variacionista era repassada em aula, pelo docente responsável, como conteúdo normal da disciplina.

Além da avaliação do uso, que se faz do exame de dados gravados a partir das realizações do próprio informante (narrativa de experiência pessoa, leitura de textos e leitura de lista de palavras), adicionou-se uma segunda dimensão: a avaliação da norma interiorizada que caracteriza o grau de estigmatização/prestígio das variantes. O método resumiu-se na utilização de um teste que mediu a reação subjetiva às diversas alternativas de /r/, mediante formulário de respostas, em que o informante indicou, entre profissões de diferentes graus de prestígio social, a que o indivíduo presumivelmente ocuparia, falando do modo como se expressa numa gravação. A coleta de reação subjetiva só se pode fazer de modo indireto, uma vez que "reações a variáveis fonológicas são respostas inarticuladas, abaixo do nível da percepção consciente, e ocorrem somente como parte de uma reação geral a muitas variáveis" (LABOV, 1972, p. 206)³⁷. Assim, "se o falante é, por conseguinte, interpelado diretamente sobre o que aprecia ou não aprecia em termos lingüísticos, suas atitudes não se apresentam de modo sistemático, já que ele não tem consciência da norma que governa a comunidade" (CAMACHO, 1984, p. 206).

Além da aplicação desse princípio geral, utilizou-se a metodologia empregada por Labov (1972) a fim de testar previamente o grau de estigmatização das variantes. Dessa maneira, aos informantes foi aplicado um teste idealizado de acordo com os seguintes critérios: para cada sentença os informantes depararam com uma lista de quatro ocupações, de diferentes graus de prestígio social: locutor de rádio, secretário, recepcionista e faxineiro. O

³⁷ Cf. o original: "reactions to phonological variables are inarticulate responses, below the level of conscious awareness, and occur only as a part of an overall reaction to many variables".

informante deveria indicar, assinalando com um x, a ocupação mais provável que o locutor deveria exercer, tendo como critério exclusivo de julgamento a pronúncia das sentenças ouvidas no lado B da fita cassete.

O objetivo deste teste é verificar se as variantes selecionadas são de fato estigmatizadas pelos falantes da comunidade de São José do Rio Preto. Para o processamento desses dados, atribuíram-se diferentes pesos para cada ocupação profissional, segundo o grau relativo de prestígio social que cada uma detém numa escala formulada por Hutchinson & Castaldi (apud CAMACHO, 1984, p. 233). A *locutor de rádio*, a de maior prestígio relativo, atribui-se peso 1, e daí sucessivamente, numa progressão aritmética à razão de 1, de modo que a ocupação de menor prestígio recebeu peso 4. A cada variante atribuiu-se um índice final equivalente a uma média aritmética nos seguintes termos: o número de respostas dado para cada item lingüístico, devidamente distribuído pelas quatro ocupações, foi multiplicado pelo peso respectivo; a soma do conjunto foi dividida por 4. Essa operação aritmética foi necessária porque as respostas não incidiram sobre uma única ocupação para cada sentença do teste.

Foi possível, segundo o critério adotado, discriminar quatro níveis diferentes de estigmatização, com base no seguinte procedimento: se todos os informantes escolhessem *locutor de rádio* para a atualização das variantes, o índice não ultrapassaria 1,2. Somente nesse caso extremo, é que uma variante seria considerada *não estigmatizada ou neutra*. Se todos os informantes indicassem *secretário*, seria possível obter um índice de 2,4. Assim, as variantes que se incluíssem na faixa entre 1,2 e 2,4 seriam enquadradas no nível de *grau baixo de estigmatização*. Se todos escolhessem a ocupação *recepcionista*, o índice respectivo seria 3,6. Por conseguinte, todas as respostas enquadradas na faixa entre 2,5 e 3,6 pertenceriam à classe *grau médio de estigmatização*. Se todos os informantes indicassem a ocupação *faxineiro*, a de menor prestígio no conjunto, a média aritmética resultaria num índice de 4,8; desse modo, todas as variantes incluídas na faixa entre 3,7 e 4,8 apresentariam *grau médio-alto de estigmatização*.

A relação entre a variável dependente e os respectivos grupos de fatores foram processados eletronicamente, mediante programas do Varbrul (SANKOFF, 1975), que consiste num pacote estatístico idealizado para a análise de fenômenos variáveis. Descrevem-se abaixo, os grupos de fatores e subfatores de análise e respectiva codificação:

variável dependente:

Fator 1: alternativas de pronúncia de /r/ em final de sílaba - 1: pronúncia não retroflexa; 2: pronúncia retroflexa; 0: apagamento de /r/.

Variáveis independentes de natureza externa:

Fator 2: variação estilística - o: estilo cuidadoso; t: estilo leitura de texto; l: estilo leitura de lista de palavras;

Fator 3: variação etária - 4: informantes de 15 a 30 anos; 5: de 31 a 45 anos; 6: de 46 a 60 anos;

Fator 4: sexo - h: masculino; m: feminino;

Fator 5: variação sócio-econômica - a: classe alta; b: classe baixa;

Variáveis independentes de natureza interna:

Fator 6: contexto fonológico seguinte às variantes - d: final de sílaba interna; v: final de sílaba externa diante de vogal; c: final de sílaba externa diante de consoante; p: final de sílaba externa diante de pausa; d: final de sílaba interna;

Fator 7: tipo de sílaba em que se encontram as variantes quanto à tonicidade - i: sílaba tônica; n: sílaba átona;

Fator 8: contexto fonológico precedente às variantes, vogais - y: central; z: anterior fechada; w: anterior aberta; k: posterior fechada; q: posterior aberta,

Por último, processou-se o programa de regra variável ternária, *TVARB*, que, juntamente com as frequências percentuais, fornece os pesos relativos de cada fator em análise. Como se trata de variação ternária, o programa *TVARB* opera com .333 como valor de corte. Desse modo, a interpretação dos resultados deverá levar em conta que *pesos relativos (PRs)* acima desse valor são estatisticamente significativos no favorecimento da variante; abaixo desse valor, mostram-se desfavoráveis à variante.

A não seleção de um dado conjunto de *PRs*, bem como a sua seleção, não tem nenhum valor lingüístico: “Os números selecionados ou eliminados só têm valor estatístico, o significado lingüístico é de total responsabilidade do pesquisador”[...] (SCHERRE, 1993, p. 27).

2.4. A amostragem: distribuição dos informantes de acordo com os fatores sociais

Conforme mencionado acima, o universo de investigação é constituído por 60 informantes distinguidos em 12 células sociais. A tabela 1 mostra os números totais de informantes referentes a nível sócio-económico, combinado com grau de escolaridade:

Tabela 1: Número de informantes segundo nível sócio-económico e grau de educação.

	Classe alta	Classe baixa	Total
Superior completo	20	5	25
Superior incompleto	10		10
Médio completo		5	5
Médio incompleto		15	15
Fundamental completo		5	5
Total	30	30	60

É interessante observar que do total de 60 informantes que apresentam nível superior completo, apenas 5 pertencem à classe economicamente desfavorecida, o que demonstra estar o levantamento de acordo com a realidade educacional do país como um todo. Ainda a respeito desses informantes, em sua ficha de coleta de dados pessoais, consta que são recém-formados e ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Ao ingressarem no mercado de trabalho, é possível que venham a sofrer o efeito da mobilidade ocupacional, com conseqüências para o compartilhamento de normas a respeito da linguagem.

De certa forma, todos os falantes participaram do processo de escolarização: não existe nenhum informante que nunca freqüentou a escola. Essa característica social dos informantes é importante para a análise da variante apagamento de /r/. A tendência é que o falante que não tenham mantido contato com o sistema escolar estigmatize em menor grau do que aqueles que já tenham mantido. Esse rigor normativo vai aumentando nas séries escolares subseqüentes, segundo Santos (1996, p.45).

A tabela 2 abaixo acrescenta a variável sexo aos fatores já mencionados.

Tabela 2: Número de informantes segundo nível sócio-económico, grau de educação e sexo.

	Classe alta		Classe baixa		Total
	M	F	M	F	
Superior completo	10	10	5		25
Superior incompleto	5	5			10
Médio completo			5		5
Médio incompleto			5	10	15
Fundamental completo				5	5
Total	15	15	15	15	60

Nota-se que não há diferença marcante entre homens e mulheres na classe alta. Já, na classe economicamente desfavorecida, percebe-se que os homens ocupam os níveis mais elevados de escolarização. A explicação provável disso tem como base fato comum na população de baixo nível: os homens acabam por estar em maior contato com o mercado de trabalho, pois, geralmente, procuram ocupação antes das mulheres, para auxiliar de alguma forma o orçamento doméstico. Talvez a pressão do mercado de trabalho faça com que eles acabem por adquirir um maior nível de escolarização, se comparados às mulheres da mesma classe social.

A tabela 3 mostra o número de informantes segundo o fator etário e grau de escolaridade em cada uma das classes sociais:

Tabela 3: Número de informantes segundo nível sócio-econômico, grau de educação e idade.

Classe alta						
Idade	Superior completo	Superior incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto	Ensino Fundamental completo	Total
15-30	10					10
31-45	5	5				10
+ de 46	5	5				10
Classe baixa						
15-30			5		5	10
31-45	5			5		10
+ de 46				10		10

Notam-se padrões bem distintos de distribuição. Comparando-se a distribuição etária no ensino superior dos dois grupos sociais, observa-se que, na classe social alta, as três faixas etárias concentram um número equilibrado de informantes; já nas faixas etárias da classe social baixa quase não há nenhum informante. Em compensação, o inverso ocorre quando se comparam as faixas etárias das duas classes no ensino médio: a classe economicamente desfavorecida concentra um número equilibrado de informantes nas três faixas etárias contra uma ausência absoluta de informantes na classe social privilegiada.

Dessa maneira, cada classe social apresenta um padrão de distribuição etária sistemático e regular em relação ao grau de escolaridade perfeitamente de acordo com o que se prevê para cada uma delas.

3.1. Análise da variável de acordo com os fatores externos

3.1.1. Análise da frequência de uso das variantes

Como mencionado, para análise da frequência de uso das variantes, utilizou-se o programa *TVARB* que além de atribuir adequadamente *PRs* aos diversos fatores das variáveis independentes, apresenta o conjunto dos *PRs* mais significativos.

O *TVARB* executa um processo de comparação que vai do nível 0 até N (*STEPUP*) e também do nível N até o nível 1 (*STEPDOWN*). No nível zero, o programa calcula a média global de aplicação da regra, que é corrigida quando o efeito de todos os fatores é neutro. No nível 1, o programa calcula, em primeiro lugar, os *PRs* dos fatores de cada uma das variáveis isoladamente, apenas em comparação ao *input* (média geral de aplicação da regra). Em segundo lugar, atribui a cada fator um *log likelihood*, responsável por medir o grau de adequação do modelo logístico aos dados e um nível de significância. Finalmente, em terceiro lugar, o programa efetua a seleção de uma das variáveis. Do nível 2 até o nível N, é feita a comparação entre a variável selecionada com todas as outras. O ideal é que a seleção feita pelo *STEPUP* e a eliminação feita pelo *STEPDOWN* apresentem distribuição complementar³⁸. No caso específico deste trabalho, as variáveis selecionadas no *STEPUP* não foram eliminadas pelo *STEPDOWN*, o que dá aos grupos de fatores selecionados maior grau de fidedignidade.

As variáveis selecionadas na pesquisa foram: 'variável estilística', 'contexto fonológico precedente', 'contexto fonológico seguinte' e, por último, com pouca significância, 'tonicidade'. Em contrapartida, as que foram eliminadas foram: variáveis sexo, nível sócio-econômico e diferença etária respectivamente. Em virtude disso, considera-se que os grupos selecionados e os eliminados descritos acima apresentam *status* estatístico definido, merecendo atenção maior. Ainda assim, serão considerados os dados que contiverem as variáveis de *PRs* estatisticamente menos significativos. Para análise lingüística considerou-se os *PRs*, uma vez que as frequências brutas, embora concretas e intuitivamente bastante significativas, podem ser falaciosas, porque seu cálculo não leva em conta as inter-relações existentes entre os grupos de fatores que atuam na regra variável.

³⁸ Cf. Pintzuk, 1988, [s.n.]

O cômputo geral dos dados, distribuídos segundo as variantes, pode ser visto na tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Distribuição dos dados computados segundo as variantes analisadas

Variante	N	%	PR
/r/ não retroflexo	1988	19	.028
/r/ retroflexo	7541	72	.970
Apagamento de /r/	936	9	.002
Total	10465	100	

A freqüência de uso das variantes vai ao encontro da afirmação de que a pronúncia do *r-caipira*, ou ainda /r/ retroflexo, é majoritária em nossa região. Seu índice está em torno de 72% (10465/7541) contra 19% (1988/10465) de pronúncia de /r/ não retroflexo e 9% (936/10465) de apagamento de /r/. Os pesos relativos acabam por delinear melhor essa constatação: (PR:.970), que é altamente significativo, é da variante retroflexa, enquanto para as outras duas variantes o peso fica abaixo de (PR:.100), mostrando ter baixa significância.

Essa preferência pela atualização da variante retroflexa do fonema /r/ já foi constatada em outras pesquisas, como a de Rodrigues, A.(1974, p.164) que estudou o dialeto caipira na região de Piracicaba. Segundo a autora, é muito rara a realização de vibrante ápico-alveolar ou de qualquer outra pronúncia não retroflexa de /r/ em posição final de sílaba, já que a preferência é pela consoante líquida não lateral, a pronúncia retroflexa de /r/. Head (1973, p.47) também há havia afirmado que, nessa mesma posição, a ocorrência mais comum, na comunidade de Franca, é a do *r-caipira*.

No gráfico abaixo, podemos constatar melhor os resultados da tabela 4 que representam os PRs das variantes na comunidade de fala riopretense:

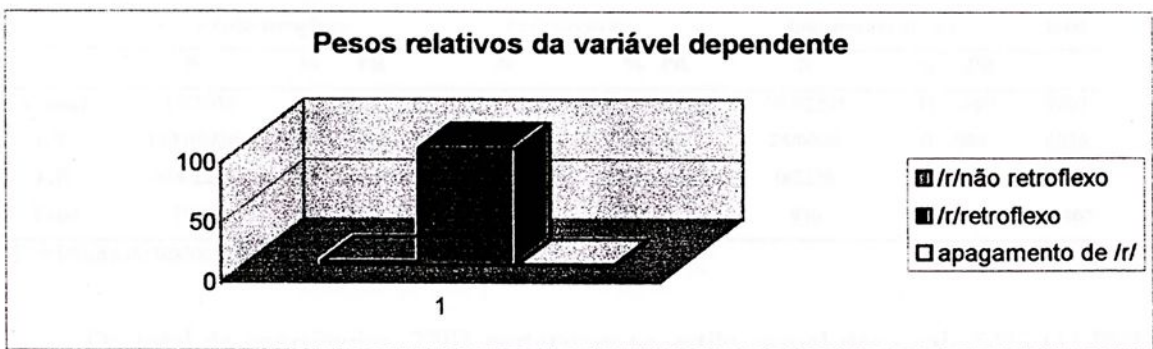


Figura 1: PRs da variável dependente

Os resultados revelam a predileção da comunidade riopretense pela pronúncia retroflexa como mostram os exemplos:

(1) ...*ai* ficou *maiOR* [mai'oɾ] *bateção di boca*... (INF.:3; E.C.)³⁹

(2) ...*us caras* *começaru a* [fi'kaɾ] *longi da genti*. (INF.: 13; E.C.)

(3) ...*sem pode* ['poɿ]... ['poɿ] *u pe nu chão*... (INF.: 37; E.C.)

(4) ...*eli tinha um* ['baɿ]...*ih::* (INF.: 54; E.C.) /

Esses primeiros exemplos mostram a realização da pronúncia retroflexa de /r/ em final de sílaba externa: no exemplo (2), não há pausa depois de /r/ e ocorre uma consoante, já nos exemplos (3) e (4) há pausa. Abaixo exemplos de /r/ retroflexo que ocorrem em final de sílaba interna:

(5) ... *paixonô não é* [noɿ'mau]... (INF.: 14; E.C.)

(6) ... *ai nós entramus numa luta* [koɿpo'RAu]... (INF.: 28; E.C.)

(7) ...*num/num* [peɿko'xia] *u* ['koɿpu] *todu*... (INF.: 49; E.C.)

(8) ...*qui::começo aquela sangramento FORti* [fɔɿtɪʃi] *eu peguei e fui lá*... (INF.: 60; E.C.)

3.1.1.1. Relação entre as variantes e o fator variação estilística

A tabela 5 abaixo mostra o total de ocorrências de acordo com a variável estilística, a primeira a ser selecionada pelo programa *Tvarb*:

Tabela 5: Relação entre as variantes e o fator variação estilística

	/r/ não retroflexo			/r/ retroflexo			Apagamento de /r/			total
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	
<i>Casual</i>	117/2203	5	.003	1179/2203	54	.008	907/2203	41	.989	2203
<i>L.T.</i>	1437/6026	24	.448	4561/6026	76	.467	28/6026	0	.084	6026
<i>L.P.</i>	434/2236	19	.734	1801/2236	81	.254	0/2236	0	.012	2236
Total	1988	19		7541	72		936	9		10465

L.T. = leitura de texto; L.P. = leitura de lista de palavras

Do total de ocorrências, 2203 pertencem ao estilo casual das quais 54% (1179/2203) são pronúncia retroflexa, contra 41% (907/2203) de apagamento de /r/ e 5% (117/2203) de /r/

não retroflexo; 6026 pertencem ao estilo leitura de texto, das quais 76% (4561/6026) são retroflexa, contra 24% (1437/6026) de não retroflexa e 0% de apagamento de /r/ e 2236 pertencem ao estilo leitura de lista de palavras, das quais 81% (1801/2236) são retroflexa, contra 19% (434/2236) de /r/ não retroflexo e 0% de apagamento de /r/. Com tais resultados, pode-se observar que a variante apagamento de /r/ deixa de ser usada em contextos mais formais o que já é indício de que a comunidade riopretense manifesta um certo grau de estigmatização por essa variante em situações discursivas mais formais. Os gráficos subsequentes ilustram melhor esses resultados de acordo com os PRs:

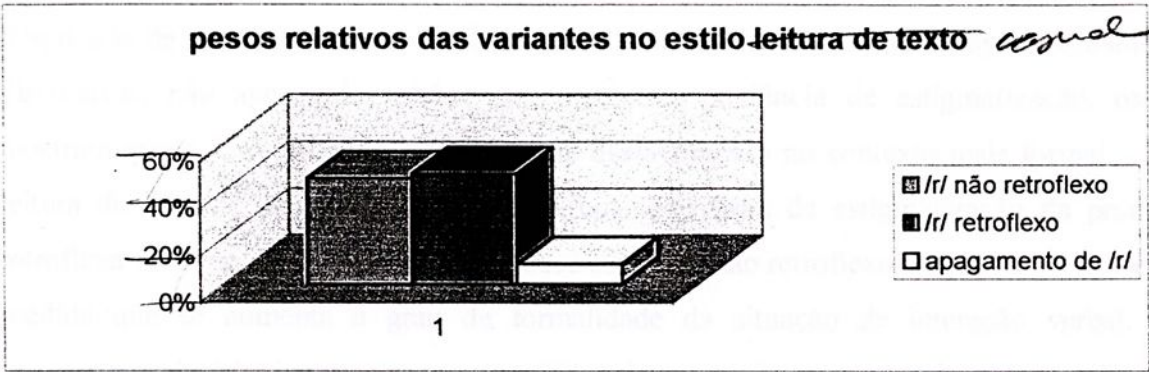


Figura 2: PRs das variantes no estilo casual

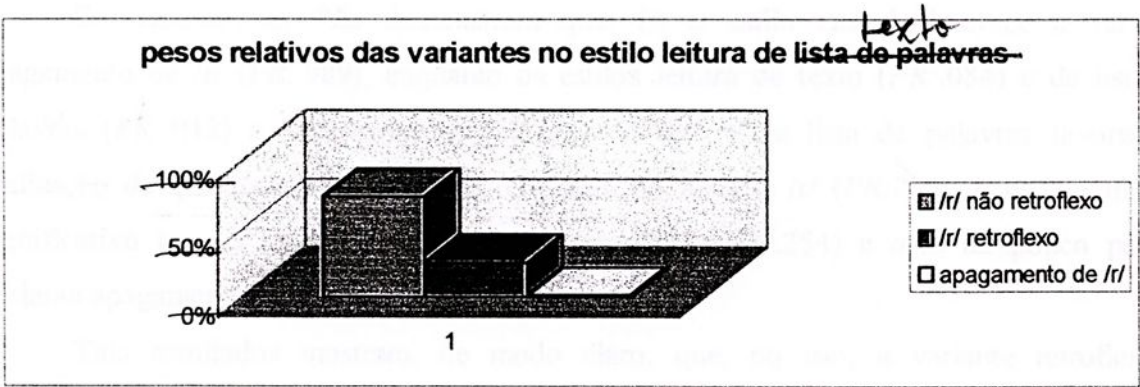


Figura 3: PRs das variantes no estilo leitura de texto

³⁹ Na indicação final, leia-se, em INF + N °, a indicação do informante; em E.C., estilo casual; em L.T., estilo leitura de texto e em L.P., estilo leitura de lista de palavras.

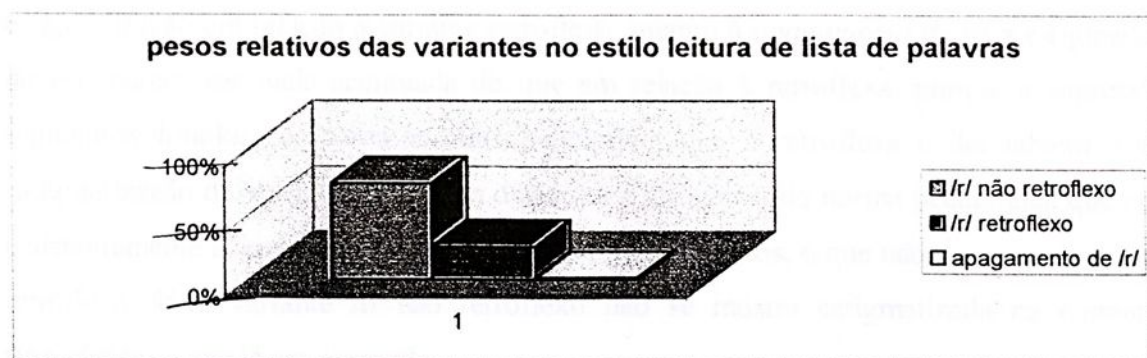


Figura 4: PRs das variantes no estilo leitura de lista de palavras

No confronto entre as frequências de uso da tabela 5 e os PRs das figuras 2, 3 e 4 respectivamente, nota-se que eles diferem muito dos percentuais de uso, pois enquanto a frequência de uso da variante retroflexa acuse ser ela majoritária em todos as formalidades discursivas, não apontando, assim, para nenhuma tendência de estigmatização, os PRs mostram que o /r/ retroflexo é relativamente desfavorecido no contexto mais formal – estilo leitura de lista de palavras, o que denota um certo grau de estigmatização da pronúncia retroflexa de /r/ no uso. Já o inverso acontece com o /r/ não retroflexo, há gradativo aumento à medida que se aumenta o grau de formalidade da situação de interação verbal. Com apagamento de /r/, nota-se o maior grau de estigmatização no uso, pois à proporção que a formalidade discursiva aumenta essa variante passa a não ocorrer em absoluto.

Em resumo, os PRs demonstram que: (i) o estilo casual favorece a variante apagamento de /r/ (PR:.989), enquanto os estilos leitura de texto (PR:.084) e de lista de palavras (PR:.012) a desfavorecem; (ii) o estilo leitura de lista de palavras favorece a realização de qualquer pronúncia não retroflexa do fonema /r/ (PR:.734), e não se mostra significativo para a realização da variante retroflexa (PR:.254) e nem tampouco para a variante apagamento de /r/ (PR:.012).

Tais resultados mostram, de modo claro, que, no uso, a variante retroflexa é estigmatizada pela comunidade de fala riopretense, o inverso do que supúnhamos. Outro fator que confirma isso é o fato de, no estilo mais formal, haver a preferência por pronúncias não retroflexas do fonema /r/. Em virtude disso, se levarmos em conta somente as frequências percentuais, neste quadro específico de fatores, elas acabam por mascarar a verdadeira inter-relação entre as variantes, uma vez que a frequência se mostra majoritária para o uso da variante retroflexa, especialmente no estilo casual.

Por essa razão, é necessário que se levem em conta especialmente os PRs para uma análise lingüística mais refinada. Feito isso, os dados nos demonstram que há relativa

estigmatização em relação à variante retroflexa; quanto à *apagamento de /r/* a estigmatização no uso parece ser mais acentuada do que em relação à retroflexa, porque a supressão de segmentos fonológicos torna-se mais perceptível que a retroflexa e daí advém a maior estigmatização de apagamento. Além disso, há a influência da norma pedagógica que corrige insistentemente a ausência de segmentos na escrita de alunos, o que não ocorre com a variante retroflexa. Já a variante /r/ não retroflexo não se mostra estigmatizada na comunidade riopretense, o que já era esperado.

Há alguns informantes que, no estilo casual, utilizam a variante apagamento de /r/ e, no estilo leitura de lista de palavras, utilizam qualquer outra pronúncia não retroflexa do fonema /r/, com o mesmo vocábulo. De um certo modo, isso corrobora a constatação de que a variante retroflexa apresenta estigmatização no uso:

(9) ...a hora que eu fui VÊ ['ve]... (INF.: 27; E.C.)

(10) ['ver] (INF.: 27; L.P.)

Conforme pudemos observar, esse grupo de fator, variação estilística, exerce influência no favorecimento ou desfavorecimento das variantes em questão, por isso ele foi selecionado no *STEPUP*.

3.1.1.2 Relação entre as variantes e o fator sócio-econômico

A tabela a seguir apresenta a freqüência de uso de todas as variantes relacionadas ao fator externo sócio-econômico:

Tabela 6: Relação entre as variantes e os fator sócio-econômico

	/r/ não retroflexo			/r/ retroflexo			Apagamento de /r/			Total
	N	%	P.R.	N	%	P.R.	N	%	P.R.	
Classe alta	1162/5109	23	.405	3511/5109	69	.275	436/5109	9	.320	5109
Classe baixa	826/5356	15	.268	4030/5356	75	.394	500/5356	9	.339	5356
Total	1988/10465	19		7541/10465	72		936/10465	9		10465

Vale ressaltar, a partir dos resultados da tabela, que, nessa relação, a freqüência percentual é idêntica tanto para classe alta, quanto para baixa concernente à variante apagamento de /r/ respectivamente: 9% (436/5109) e (500/5356). Por isso o fator nível sócio-

econômico mostrou-se irrelevante. Os *PRs* acabam também por demonstrar não ser as variantes estratificadas, pois se mostram em torno de (*PR*:.333), não sendo estatisticamente tão significativos.

Embora a classe baixa apresente (*PR*:.394) para a pronúncia retroflexa e a alta apresente (*PR*:.405) para a pronúncia de /r/ não retroflexo, esses *PRs* estão muito próximos da marca da neutralidade e por isso não demonstram correlação significativa entre classe e estigmatização da pronúncia retroflexa. Em relação à pronúncia apagamento de /r/ ambas classes se mostram equilibradamente sensíveis a sua estigmatização.

Esse fator, nível sócio-econômico não se mostrou tão significativo para condicionar o uso das variantes analisadas quanto o fator variação estilística. Em virtude disso, não foi selecionado pelo *STEPUP*.

Para se confirmar se os falantes da classe baixa apresentam acréscimo regular de acordo com o grau de formalidade em relação ao uso de /r/ retroflexo e se os da classe alta mostram comportamento oposto é necessário que se cruzem os fatores sócio-econômico com variação estilística.

3.1.1.3. **Relação entre as variantes e os fatores sócio-econômico e a variação estilística combinados**

Passemos agora ao enfoque da relação entre as variantes e os fatores sócio-econômico e estilístico combinados, conforme dispõe a tabela 7:

Tabela 7: Relação entre as variantes e os fatores sócio-econômico e a variação estilística combinados

		Casual		Leitura de texto		Leitura de lista de palavras	
		N	%	N	%	N	%
Classe	/r/ não retroflexo	74/1044	7	801/2967	27	287/1098	26
Alta	/r/ retroflexo	558/1044	53	2143/2967	72	810/1098	74
	Apagamento de /r/	412/1044	39	23/2967	1	1/1098	0
Classe	/r/ não retroflexo	43/1159	4	636/3059	21	147/1138	13
Baixa	/r/ retroflexo	621/1159	54	2418/3059	79	991/1138	87
	Apagamento de /r/	495/1159	43	5/3059	0	0/1138	0

Nessa perspectiva de análise, os resultados demonstram que, em relação à variante retroflexa, mesmo em estilos mais monitorados, há alta concentração: 72% (2143/2967) e 74% (810/1098) para a classe alta nos estilos leitura de texto e de palavras respectivamente contra 79% (2418/3059) e 87% (991/1138) para a classe baixa, nos mesmo estilos. Na relação

entre os percentuais de frequência, pode-se perceber que, para essa variante, a classe baixa acaba por se mostrar relativamente menos sensível a sua estigmatização do que a classe alta.

Com a variante apagamento de /r/ ocorre o oposto: quanto maior o grau de formalidade do discurso menor o seu índice, chegando a não ocorrer em absoluto no estilo lista de palavras em ambas classes sociais que se mostram sensíveis aos efeitos de estigmatização dessa alternante.

Se levarmos em conta os *PRs* das tabelas 5 e 6, podemos dizer que a classe alta acaba por estigmatizar um pouco mais a pronúncia retroflexa do que a baixa, principalmente nos estilos mais monitorados, como o de leitura de lista de palavras. Isso significa, de alguma maneira, que aquilo que é pronunciado como variante retroflexa no estilo casual deixa de sê-lo no estilo leitura de lista de palavras, principalmente na classe alta, embora as frequências percentuais apontem mais para uma equivalência que diferença entre as classes.

A dedução mais óbvia que se pode fazer é que, na comunidade de fala riopretense, embora os percentuais mostrem que os falantes ainda usam a pronúncia retroflexa do fonema /r/, mesmo em situações monitoradas, os *PRs*, por levarem em conta a inter-relação entre os fatores, mostram que há certa estigmatização em relação à variante retroflexa, porém em menor grau do que o apagamento. Em outras palavras, os *PRs* mostram que estilo e classe são fatores que favorecem a percepção de que a variante retroflexa é estigmatizada, ainda que muito usada nos registros informais.

O desempenho lingüístico em relação à variável acaba por ser determinado relativamente também por diferenças sociais, o que é um forte indício de que a forma retroflexa é de fato estigmatizada na variedade riopretense, assim como o é a alternante apagamento de /r/.

Podemos dizer, então, que no tocante à variante retroflexa a variedade riopretense se assemelha à variedade de Franca, como apontou a pesquisa de Head (1973). Com efeito, no uso, os francanos, de uma forma geral, estigmatizam a pronúncia retroflexa, fazendo com que o seu índice de ocorrência decaia à medida que se aumenta o grau de formalidade do discurso o que é verdadeiro também para os dados da comunidade riopretense. Talvez esses índices estejam mostrando as alternativas de apagamento de /r/ que acabam por se transformar em /r/ retroflexo em discursos mais monitorados. Deve-se ressaltar, todavia, que a interação entre retroflexão e apagamento não foi investigada por Head (1973), de modo que os dados das duas pesquisas não são absolutamente comparáveis.

Em relação à distribuição dos informantes de acordo com os fatores sociais (ver item 2.3), especificamente a tabela 1 mostra que todos os falantes participaram do processo de escolarização embora não dispomos de informação sobre o período exato de contato com a norma-padrão.

Como não codificamos o fator escolaridade, pois esse não está no escopo desta pesquisa, podemos agora fazer simplesmente algumas inferências sobre esse aspecto: essa característica social de nossos informantes, de uma certa forma, corrobora a frequência de uso mostrada em relação à variante apagamento de /r/, pois a tendência é a de que o falante que possua algum contato escolar já tenha incorporado, em maior ou menor grau, a norma pedagógica que condena a ausência de grafemas na escrita. E isso se reflete na modalidade falada, no sentido de que a variante em que se suprime o fonema /r/ torna-se mais perceptível e mais condenável do ponto de vista da norma prescritiva. Segundo Mollica (1995), essa correlação entre maior percepção e maior estigmatização tem-se observado na língua portuguesa.

Em virtude disso, esse comportamento lingüístico demonstra indícios de que a variante apagamento de /r/ adquire seu valor social mais em função do poder da norma pedagógica, que advém das relações econômicas e culturais refletidas nas instituições; por isso, quanto maior grau de formalidade o discurso contiver, mais o falante opta por não usar o apagamento de /r/, como apresentaram os dados das tabelas 5 e 7.

A variável estilística mostra-se o principal fator condicionador da estigmatização da variante retroflexa e há preferência pelo uso de /r/ não retroflexo, principalmente, na classe alta, como mostram os resultados da tabela 7.

3.1.1.4. Relação entre as variantes e o fator etário

A tabela 8 abaixo apresenta os resultados da relação entre as variantes e a variação etária dos informantes:

Tabela 8: Relação entre as variantes e o fator etário

	/r/ não retroflexo			/r/ retroflexo			Apagamento de /r/			Total
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	
15-30 anos	598	18	.228	2453	73	.302	301	9	.470	3352
31-45 anos	732	19	.382	2657	71	.308	371	10	.310	3760
46-60 anos	658	20	.394	2431	73	.370	264	8	.236	3353
Total	1988	19		7541	72		936	9		10465

Os índices mostram que a variante retroflexa é mais empregada em todos os grupos etários: informantes de 15 a 30 anos apresentam percentual de 73% (2453/3352); os informantes de 31 a 45 anos, de 71% (2657/3760) e os informantes 46-60 anos, o valor de 73% (2431/3353). Já em termos de *PR*, o único índice significativo é o referente à faixa de maior idade. Os índices percentuais coincidem, de certo modo, com os *PRs*, demonstrando que o uso de retroflexão é relativamente estável na comunidade. Por essa razão, esse grupo de fator não foi selecionado pelo *STEPUP*.

Esses dados mostram que o /r/ retroflexo não está em via de desaparecimento; se estivesse, os índices diminuiriam progressivamente conforme a redução de idade. No entanto, observa-se que, os jovens, informantes na faixa de 15-30 anos, empregam índices de retroflexão iguais aos da faixa etária mais velha, informantes de 46-60 anos, embora seus pesos relativos sejam diferentes: por meio deles pode-se dizer que os informantes mais velhos demonstram maior predileção pela pronúncia retroflexa do que os mais jovens. Mesmo assim, isso não é assim tão significativo ao ponto de dizer que o /r/ retroflexo esteja em processo de desaparecimento.

Esse comportamento lingüístico é oposto ao encontrado na comunidade de fala de Franca, estudado por Head (1973), em que a pronúncia retroflexa do fonema /r/ apresenta-se em processo de mudança, rumo ao desaparecimento.

A variante não retroflexa também apresentou um comportamento semelhante nos três grupos etários: 15-30 anos = 18% (598/3352); 31-45 anos = 19% (732/3760) e 46-60 anos = 20% (658/3353). Como a diferença registrada é bastante reduzida entre os grupos etários, não ultrapassando 2%, os resultados tendem antes a identificar os três grupos que a distingui-los. Podemos perceber que os de 46-60 anos possuem o *PR* mais significativo em relação ao /r/ não retroflexo o que pode significar que, se por um lado, são os mais velhos, geralmente da classe baixa, que usam mais a variante retroflexa, por outro lado, são os mais velhos, geralmente da classe alta, que demonstram maior estigmatização em relação à pronúncia retroflexa nos estilos mais formais. Os exemplos abaixo ilustram essa situação:

(11)...[do' toɿ] *Gilberto me chamo lá...* (INF.: 60; E.C.)

(12)...*chamava de* [do' toɿ]... (INF.: 60; L.T.)

(13)...*morri algum borracheru aí cum negociu di* ['aɿ] *di pneu...* (INF.:47; E.C.)

(14)['maɿ] (INF.:47; L.P.)

- (15)...a genti foi [le 'vaɫ] meu filhu pra [pres 'taɫ] [vestibu 'laɫ]lá...(INF.:55; E.C.)
- (16) ['verdʒi] (INF.:55; L.P.)
- (17):fiz uma homo/hemorragia [in 'tɛɾna]... (INF.: 43; E.C.)
- (18)[in 'vɛɾnu] (INF.:43; L.P)

Os exemplos (11) – (14) foram extraídos de falantes da faixa etária de 46-60 anos da classe baixa. Percebe-se que, tanto no estilo casual quanto no estilo leitura de lista de palavras, eles continuam realizando a pronúncia retroflexa do fonema /r/. Já, nos exemplos de (15) – (18), isso não ocorre. Esses falantes pertencem à mesma faixa-etária e se diferem por serem da classe alta. Mostram-se, geralmente, mais sensíveis à estigmatização da variante retroflexa do que os outros, pois, em estilos mais formais, como na leitura de lista de palavras, deixam de pronunciar o /r/ retroflexo, realizando a vibrante ápico-alveolar.

3.1.1.5. Relação entre as variantes e os fatores idade e variação estilística combinados

A relação entre as variantes e o fator idade e estilo combinados indica que os grupos etários preferem, mesmo no registro casual, usar a retroflexão ao apagamento, como indicam os dados da tabela 9 abaixo:

Tabela 9 : Relação entre as variantes e os fatores idade e variação estilística combinados

		Casual		Leitura de texto		Leitura de lista de palavras	
		N	%	N	%	N	%
15-30	/r / não retroflexo	27/645	4	474/1976	24	97/731	13
Anos	/r/ retroflexo	343/645	53	1444/1976	75	633/731	87
	Apagamento de /r/	275/645	13	25/1976	1	1/731	0
31-45	/r/ não retroflexo	57/913	6	493/2080	24	182/767	24
Anos	/r/ retroflexo	488/913	53	1584/2080	76	585/767	76
	Apagamento de /r/	368/913	40	3/2080	0	0/767	0
46-60	/r/ não retroflexo	33/645	5	470/1970	24	155/738	21
Anos	/r/retroflexo	348/645	54	1500/1970	76	583/738	79
	Apagamento de /r/	264/645	41	0/1970	0	0/738	0

Os índices giram em torno de 53% para o uso da variante retroflexa, contra valores em torno de 40% para apagamento de /r/. Esse fato, ligado ao de que apagamento não é

absolutamente usado no mais formal, indica simplesmente que há uma preferência por emitir retroflexo no lugar dele. Isso reforça a idéia de que ausência de /r/ é mais estigmatizada que a pronúncia retroflexa do fonema /r/.

Se compararmos o cruzamento de dados dessa tabela com os PRs da tabela 8, perceberemos que os jovens estigmatizam mais que os informantes mais velhos o apagamento de /r/, já que apresentam índices baixos mesmo no estilo casual. Em relação à variante /r/ retroflexo ocorre o inverso: a classe mais jovem não estigmatiza tanto quanto as classes mais velhas. De um modo geral, a tendência de se pronunciar o /r/ retroflexo em situações mais formais pode ser mais visível nos jovens do que nos mais velhos o que novamente confirma a hipótese de que essa variante é estável na comunidade, não estando em processo de desaparecimento. As figuras abaixo ilustram melhor essa relação:

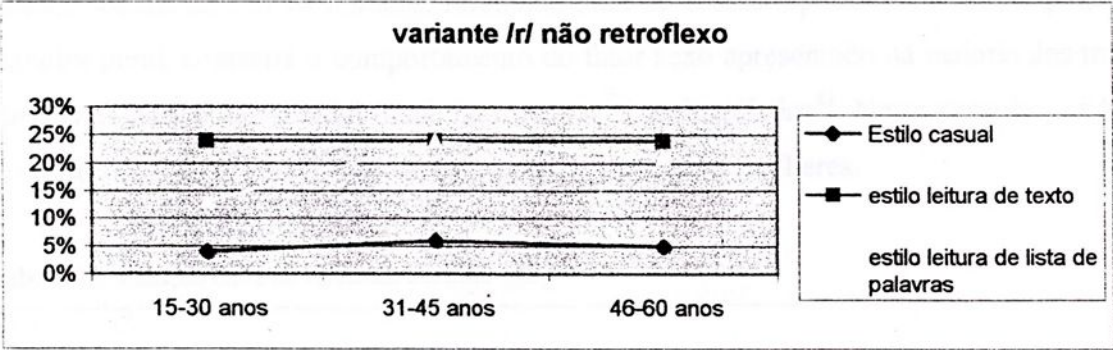


Figura 5: Relação entre a variante /r/ não retroflexo e os fatores idade e variação estilística combinados

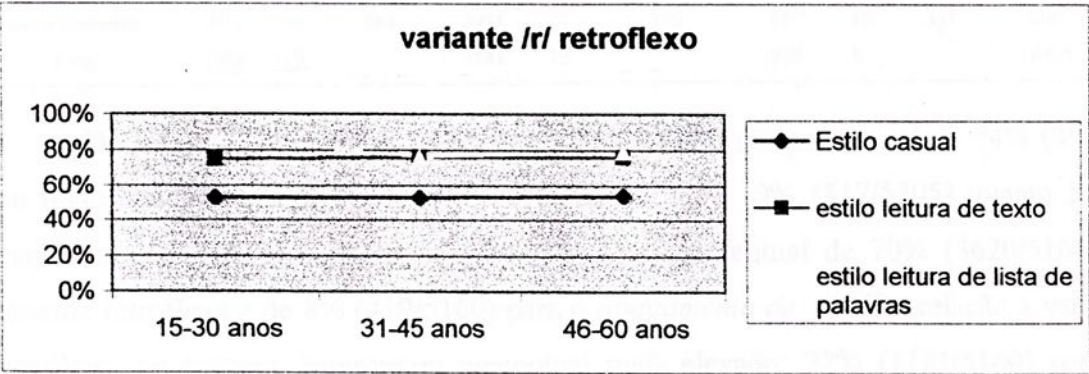


Figura 6: Relação entre a variante /r/ retroflexo e os fatores idade e variação estilística combinados

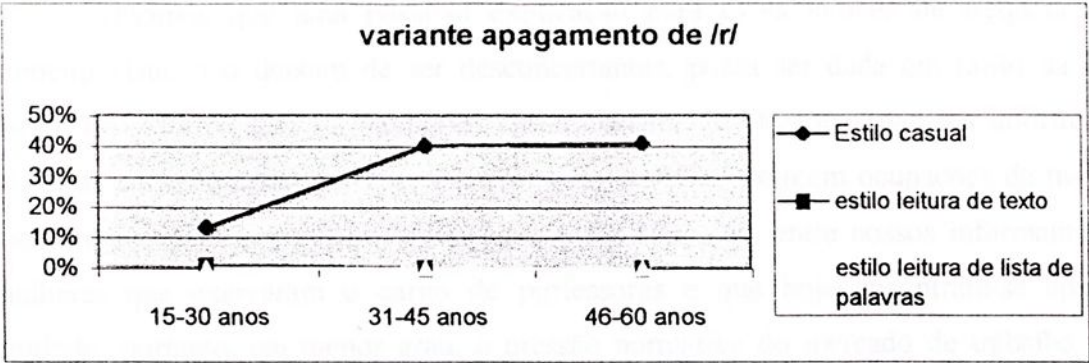


Figura 7: Relação entre a variante *apagamento de /r/* e os fatores idade e variação estilística combinados

3.1.1.6. Relação entre as variantes e o fator sexo.

Várias pesquisas sociolingüísticas mostram a correlação entre prestígio e sexo⁴⁰. Os resultados desta pesquisa atestam que as mulheres não se mostraram mais sensíveis aos valores sociais do que os homens, refutando uma de nossas hipóteses iniciais, o que, de uma maneira geral, contraria o comportamento do fator sexo apresentado na maioria dos trabalhos que investigam o significado desse fator na variação lingüística⁴¹. Nesta pesquisa, os homens se mostram mais propensos às variantes padrão do que as mulheres.

Tabela 10: Relação entre as variantes e o fator sexo.

	/r / não retroflexo			/r/ retroflexo			Apagamento de /r/			total
		%	PR	N	%	PR	N	%	PR	
Sexo masculino	1121	22	.386	3620	70	.293	419	8	.321	5160
Sexo feminino	876	16	.284	3921	74	.375	517	10	.341	5305
Total	1988	19		7541	72		936	8		10465

Do total de ocorrências, as mulheres apresentam um percentual de 74% (3921/5305) em relação à pronúncia retroflexa do fonema /r/ e de 10% (517/5305) quanto à variante apagamento de /r/. Já os homens apresentam um percentual de 70% (3620/5160) para a variante retroflexa e de 8% (419/5160) para o *apagamento de /r/*. Em relação à variante não retroflexa, os homens apresentam percentual mais elevado: 22% (1121/5160) contra 16% (876/5305) das mulheres. Isso significa que as mulheres utilizam as formas mais estigmatizadas do que os homens, mostrando-se mais afeitas ao uso da variedade mais desprestigiada.

⁴⁰ Cf. Roncarati, 1994, p. 10.

⁴¹ Cf. Labov, 1974, p.331; Trudgill, 1974, p.93



Pensamos que uma possível explicação para esses índices de frequência que, à primeira vista, não deixam de ser desconcertantes, possa ser dada em razão da ocupação social dos informantes. As mulheres, aproximadamente 60% do total dos informantes, são donas de casa, enquanto os homens, em torno de 70%, exercem ocupações de maior *status* social, como a de engenheiro, advogado. Além disso, há, entre nossos informantes, muitas mulheres que exerceram o cargo de professoras e que hoje encontram-se aposentadas, sentindo, portanto, em menor grau, a pressão normativa do mercado de trabalho. Segundo Rodrigues (1989, p.580), em sua pesquisa sobre a realização da regra de concordância verbal (CV), na língua portuguesa popular falada na cidade de São Paulo, especificamente em relação à 1ª pessoa do plural, os homens também se mostraram mais propensos às formas verbais padrão:

[...] os homens, em geral, não exercem suas atividades profissionais no próprio bairro em que residem; ao contrário, o bairro funciona apenas como dormitório [...] o baixo grau de coesão social dos falantes do sexo masculino favorece maiores alterações no seu vernáculo pela incorporação das regras da língua da cidade grande [...].

Não obstante a aparente semelhança que os resultados apontam na influência do fator sexo, nesta pesquisa e no referido estudo de CV, há algumas diferenças significativas entre o material lingüístico: em nossa pesquisa, ele foi coletado de informantes que residem tanto em zonas mais privilegiadas quanto em áreas mais periféricas de São José do Rio Preto, já na pesquisa, na cidade de São Paulo, o material foi coletado em favelas da periferia paulistana. Em virtude disso, não podemos comparar diretamente as duas pesquisas, mas apenas apontar algumas tendências semelhantes na influência de fatores sociais em comunidades de fala distintas.

Embora a comunidade riopretense esteja afastada de São Paulo, ela é insistentemente, em termos de hábitos lingüísticos, pressionada pelo peso da discriminação social dos grandes centros urbanos, principalmente em relação à pronúncia retroflexa do fonema /r/, o que faz com que os homens que aqui residem e possuem certo *status* ocupacional sintam mais o peso da discriminação social concernente à retroflexão do que as mulheres que estão aposentadas ou que exercem atividades domésticas. Isso os obriga a se aproximarem mais do ideal

lingüístico imposto pelos grandes centros urbanos, ou seja, a utilizarem, de maneira mais consistente, as formas que se aproximam da variedade padrão, o /r/ não retroflexo.

Se levarmos em conta os *PRs*, ser homem favorece mais a variante não retroflexa (*PR*:386) do que ser mulher (*PR*:284). Já as mulheres preferem as variantes *retroflexa* (*PR*:375) e *apagamento* (*PR*:341), diferindo dos homens.

Embora esses *PRs* não sejam tão diferentes para se distinguir o uso dos homens do das mulheres face à variável dependente – por isso esse fator não foi selecionado no *STEPUP*-, eles mostram que, na comunidade de fala riopretense, há uma tendência no uso da retroflexão, especialmente, pelas mulheres, como demonstrado pelos percentuais de frequência de uso.

Como esta pronúncia parece ser a preferida, as mulheres mostram índices mais elevados que os homens para essa variante, o que pode significar um indício de que ela é mais estigmatizada pelos homens do que pelas mulheres. Os exemplos a seguir mostram claramente essa tendência:

(19)...começamu a [to'maɽ] [seɽ'veʒa] e foi... (*INF*:.23; E.C.)

(20) [po'der] (*INF*:.23; L.P.)

(21)...machuquei basTANTi a ['pɜɽna] (*INF*:.24; E.C.)

(22) [in'vɜɽnu] (*INF*:.24; L.P.)

(23) ...apontandu u [xe'vɜuveɽ]... i:: (*INF*:.33; E.C.)

(24) [in'vɜɽnu] (*INF*:.33; L.P.)

(25) ...eu não sei [na'daɽ] né... (*INF*:.52; E.C.)

(26) [sur'faɽ] (*INF*:. 52; L.P.)

Os exemplos (19) – (22) pertencem a informantes do sexo masculino, classe alta e evidenciam que, no estilo casual (19 e 21), os homens, geralmente, utilizam-se da variante retroflexa. No entanto, ao monitorarem mais seu discurso passam a realizar a alternativa vibrante áptico-alveolar, como mostram (20 e 22) no estilo leitura de lista de palavras.

Os exemplos (23) – (26) foram extraídos de informantes do sexo feminino, classe alta e mostram que as mulheres, de uma certa forma, optam por manter a alternativa retroflexa mesmo no estilo mais formal.

A correlação entre classe econômica e sexo (ver ANEXO D) apenas reforça os resultados da tabela 10, assim como a correlação entre variação estilística e sexo (ver ANEXO E) confirma os resultados das tabelas 5 e 10.

3.1.2.Avaliação subjetiva das variantes: a norma

Segundo Head (1981, p.165), falantes adultos da cidade de São Paulo avaliaram o /r/ retroflexo em vez de /l/ em sílaba interna como a variante de maior grau de estigmatização⁴², em segundo lugar, ou do grau alto para o médio de estigmatização, estariam o apagamento de /r/ em final de palavras, principalmente em infinitivos, e o /r/ retroflexo em sílaba interna, e, em último, ou do médio para o mais baixo, o /r/ retroflexo em final de sílaba externa. Na presente investigação, os resultados diferem um pouco dos relatados, visto que para a avaliação subjetiva não fizemos a distinção entre a posição ocupada pelas variantes, por exemplo, /r/ retroflexo em posição final de sílaba externa ou em final de sílaba interna é considerado um único elemento. Além disso, apagamento de /r/ e /r/ retroflexo não ocupam o mesmo patamar de estigmatização de acordo com a percepção dos informantes riopretenses.

No teste de avaliação subjetiva, foi possível, conforme já mencionado, discriminar quatro níveis diferentes de estigmatização (ver seção 2.2.). A tabela 12 a seguir demonstra o grau de estigmatização das variantes apenas nos níveis em que elas se apresentaram:

Tabela 11: Grau de estigmatização das variantes.

Grau de estigmatização	Variantes	média aritmética
1. baixo	/r/ não retroflexo	1,7
2.médio	/r/ retroflexo	3,3
3.médio-alto	Apagamento de /r/	3,7

Observação: índice máximo possível: 4,8; índice mínimo possível :1,2.

O valor mínimo, 1,2, indica que a variante é avaliada como *não estigmatizada* ou *neutra*. Entre 1,2 e 2,4, as variantes são avaliadas como apresentando *grau baixo de estigmatização*. E, nessa escala de valores, enquadra-se a variante /r/ não retroflexo, que demonstra conformidade entre uso e norma, uma vez que os informantes quase não a estigmatizam e a utilizam em contextos mais formais. Entre os valores 2,5 e 3,6, atribuiu-se às variantes *grau médio de estigmatização*. Nesse ponto, situa-se a variante retroflexa, que

⁴²Os diversos tipos de relações entre /r/ e /l/ que se registram em estudos referentes à linguagem popular rural de várias outras regiões não foram analisados neste trabalho.

também apresenta certa estigmatização no uso. O interessante é notar que, mesmo sendo relativamente estigmatizada no uso, ela não recebe o valor máximo de estigmatização por parte da avaliação dos informantes. Entre as faixas 3,7 e 4,8, estão as variantes consideradas com *grau médio- alto de estigmatização*. Nessa escala, encontra-se a variante apagamento de /r/ cujo índice é, todavia, o menor da escala. Os índices mostram, em termos relativos que apagamento de /r/ é avaliado pelos informantes como mais estigmatizado do que as demais pronúncias de /r/, o que difere da mencionada análise de Head (1981). Observou-se essa relação nos resultados relativos ao uso, com uma diminuição drástica nos índices de apagamento de /r/ à medida que o discurso torna-se mais monitorado: a supressão do fonema /r/ chega a não ocorrer na leitura de lista de palavras; com a variante retroflexa, também ocorre uma certa queda no índice de sua frequência nos estilos mais formais, que, todavia, não atinge números absolutos.

É possível inferir que esses resultados decorrem do processo escolar de correção sistemática, que se abate invariavelmente sobre a ausência de segmentos na escrita dos aprendizes. Entretanto, no que concerne à alternância entre as pronúncias retroflexa e não-retroflexa, o papel normativo não se aplica, já que esse tipo de variação tem menor visibilidade, por não se tratar de apagamento de fonemas e conseqüente apagamento de grafemas⁴³.

De fato, estar sob treinamento de regras da escola tem efeito muito mais positivo sobre o uso de variantes padrão do que simplesmente o nível de instrução que o indivíduo possui⁴⁴. Então, a escola não só parece atuar no que se refere às mudanças de comportamento lingüístico, mas no que toca às modificações que envolvem os estigmas sociais de formas lingüísticas. Em nossa pesquisa, a variante apagamento de /r/ parece sofrer muito mais essa pressão escolar do que a variante retroflexa. No entanto, não se quer restringir esse estigma da variante apagamento de /r/ unicamente à ação da pressão escolar, embora seja indiscutível que o processo de ensino funcione como agente refreador de inovações que não estejam enquadradas na variedade padrão. Já a variante retroflexa, por não indicar supressão de fonema na escrita, pode até, em certos casos, ser ignorada pela escola, na hipótese de que esta não a perceba e/ou não a absorva como fato do sistema lingüístico. Assim, os falantes avaliam negativamente a retroflexão de /r/ em razão de pressões exercidas por espaços fora da escola,

⁴³ Cf. Mollica, 1995, p.41; Santos, 1996, p. 127.

⁴⁴ Cf. Naro, 1983, p. 37.



que se tornam inibidores para sua realização⁴⁵, como as comunidades externas aos limites dialetais do /r/ retroflexo.

3.2.Análise da variável de acordo com os fatores internos

Cumpra observar que os fatores sociais sozinhos nunca poderiam ser aceitos, logicamente, como causa suficiente para dar conta de alguma propriedade de variação de pronúncia, a não ser que a referida propriedade de pronúncia se encontre sempre nas mesmas condições sociais e só nelas. Tal não é o caso, evidentemente, da variação do /r/ retroflexo, por exemplo. Tanto isso é verdade que o /r/ retroflexo portorriquenho, também propriedade de linguagem popular rural, não apresenta o mesmo grau e tipo de estigmatização que o *r-caipira* no Brasil⁴⁶.

Foram três os fatores lingüísticos selecionados pelo *STEPUP*, em outros termos, mais influentes nesse conjunto de variantes: em primeiro lugar, o mais relevante, o contexto fonológico precedente ao fonema /r/, em seguida, o contexto fonológico seguinte às variantes e, por último, o fator tonicidade.

3.2.1. Relação entre o contexto fonológico precedente e a variável dependente

Passaremos agora ao resultado da investigação do desempenho demonstrado pelos informantes relativamente a cada variante submetida a alguns ambientes fonológicos. A tabela 12 abaixo apresenta as percentagens entre contexto fonológico precedente e a variável dependente:

Tabela 12 - Relação entre contexto fonológico precedente e a variável dependente.

	/r/ não retroflexo			/r/ retroflexo			Apagamento de /r/			total
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	
[u][o]	236	12	.553	1678	87	.403	11	1	.044	1925
[a]	1125	27	.191	2704	60	.059	580	13	.750	4509
[i][e]	411	14	.171	2132	74	.084	324	11	.745	2867
[ɔ]	4	1	.091	474	99	.859	1	0	.050	479
[ɛ]	112	16	.304	553	81	.290	20	3	.407	685

⁴⁵ Cf. Mollica, 1998, p. 28.

⁴⁶ Cf. Head, 1987, p.28.



Embora os percentuais de frequência de uso apresentem a variante retroflexa como majoritária em todos os contextos fonológicos precedentes, os PRs é que verdadeiramente indicam os subfatores estatisticamente significativos, listando frequências absolutas e relativas associadas à variável dependente. A figura 8 retrata os PRs dos contextos fonológicos precedentes às variantes:

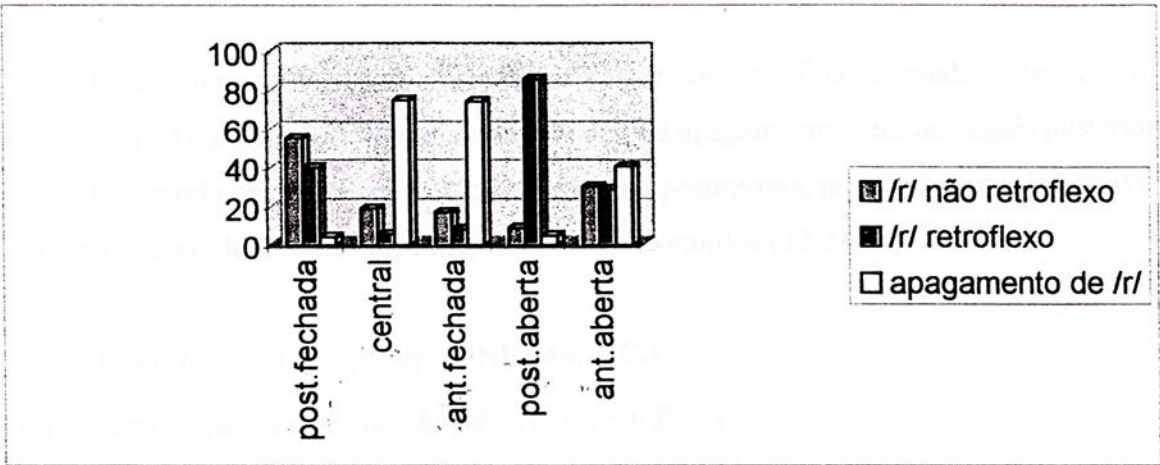


Figura 8: PRs dos contextos fonológicos precedentes às variantes

Os resultados mostram a seguinte correlação: posteriores altas e médias fechadas, /r/ não retroflexo e /r/ retroflexo; posterior média aberta, /r/ retroflexo; quanto ao apagamento, o contexto é de anteriores e centrais. Esses resultados mostram que, em relação ao contexto precedente, as variantes estão em distribuição complementar: contextos fonológicos de posteriores precedentes favorecem uma variante segmental enquanto contextos fonológicos de anteriores e centrais favorecem ausência de segmento fonológico.

Essa correlação, aparentemente fonológica, oculta uma distribuição morfológica: na realidade, o contexto mais apropriado para apagamento é o de infinitivos verbais cujas vogais temáticas são exatamente /a/, /e/ e /i/, vogais centrais e anteriores, como mostram (27-29) respectivamente:

- (27)... eu fui [to'ma] vacina... (INF.: 04; E.C.)
(28) ...pa [fa'ze] curativu lá no hospitau... (INF.:18; E.C.)
(29)i ela só chorava... num queria [duɾ 'mi] di dor (INF.:53; E.C.)

Ou de subjuntivos regulares e irregulares, o que explica a anterior média aberta /ɛ/ como fator favorecedor de apagamento de /r/, como se observa nos exemplos (30-31):

(30) *si eu [fi'zɛ] issu di novu...* (INF.: 43, E.C.)

(31) ... *quando u medicu [ki'zɛ]...* (INF.: 13, E.C.).

Já no contexto de vogais precedentes posteriores, em final de sílaba externa, o único verbo possível é *por*. Em virtude disso, quase não há apagamento antes de vogais posteriores.

De acordo com a figura 8, depois de vogais posteriores, principalmente das abertas, há o favorecimento da retroflexão, como ilustram os exemplos (32-34):

(32)... *si eu olhasse ia ser [pi'ɔɽ]...* (INF.: 44; E.C.)

(33)... [*'sɔɽʃi*] *qui eli tava sozinho né...* (INF.: 50; E.C.)

(34) ...*quando ela tava bem [me'kɔɽziɲa]...* (INF.: 58; E.C.)

Ainda que a retroflexão seja mais favorecida pelas posteriores abertas, o /r/ retroflexo também ocorre em grande número depois de posteriores fechadas, como mostram (35-37):

(35) ...*fui fazê um [kon'toɽnu]...* (INF.: 8; E.C.)

(36) ...*[aboɽ'do] essi mininu...* (INF.: 32; E.C.)

(37) ...*a sua cabeça estava [Koɽ'tada] cum u vidru...* (INF.: 25; E.C.)

Pontes (1996, p. 23), estudando a variante retroflexa na comunidade de fala de Dourados (M.S.), concluiu que o ponto de articulação desempenha grande influência na realização de [ɽ], uma vez que está mais propensa a acontecer após as vogais posteriores [o, u, ɔ] e, em uma escala menor, após as vogais anteriores [ɛ, e, i]. O que é fonologicamente verdadeiro é que posteriores precedendo um /r/ retroflexo podem provocar uma elevação no grau de retroflexão mediante o toque da língua na região palatal, ou seja, articulação num sentido posterior, em direção ao véu palatino. Mas esse refinamento fonético, o grau de

retroflexão, não foi objetivo desta investigação, uma vez que exigiria equipamentos sofisticados de detecção de propriedades fonéticas do *r-caipira*.

De tais resultados podemos inferir que, se a articulação das vogais posteriores e a da variante retroflexa ocorrem proximamente à consoante retroflexa é a posterior sonora, predominante em todos os contextos no dialeto caipira, que prevalece também em São José do Rio Preto, ao invés de ser a retroflexa sonora anterior, que ocorre em alguns dialetos de Minas Gerais.

A diferença fonética entre a retroflexa anterior e a posterior reside no fato de a primeira realizar-se com a ponta da língua levemente levantada (som apical), sem tocar os alvéolos dos dentes incisivos superiores, e a segunda, com a ponta da língua recurvada em direção à região articulatória palatoalveolar ou até mais posterior em casos de ênfase⁴⁷.

3.2.2. Relação entre contexto fonológico seguinte e a variável dependente.

Servimo-nos dos seguintes dados para fazer uma comparação entre as frequências de ocorrência de /r/ retroflexo, segundo o ambiente fonológico, no falar de localidades diferentes: 1) para Piracicaba (RODRIGUES, A., 1974, p. 186-198), a transcrição dos resultados do inquérito fonético de 241 itens, realizado com sete informantes; 2) para São Luís do Piratininga (ISTRE, 1971, p. 150-223), o *corpus* do trabalho que consta dos resultados das entrevistas, por questionário com 283 perguntas, realizadas com três informantes, complementadas por observações sobre muitas das mesmas palavras pronunciadas por outros informantes. Para as localidades representadas, as frequências do /r/ retroflexo nos diversos ambientes fonológicos são:

1) Piracicaba (sete informantes):

- a. final de sílaba interna - 91,5% (141 ocorrências)
- b. final de palavra - 67,7% (31 ocorrências)
- c. posição intervocálica - 89,8% (197 ocorrências)
- d. segundo membro de grupo de consoantes - 26,9% (209 ocorrências)

2) São Luís do Piratininga (três informantes):

⁴⁷ Cf. Cagliari, 1997, p. 5.

- a. final de sílaba interna – 90,1% (81 ocorrências)
- b. final de palavra – 36,8% (163 ocorrências)
- c. posição intervocálica- 8% (125 ocorrências).

A tabela abaixo mostra os índices da relação entre a variável e posição em que se encontram as variantes:

Tabela 13 - Relação entre contexto fonológico seguinte e a variável dependente.

	<i>/r/ não retroflexo</i>			<i>/r/ retroflexo</i>			<i>Apagamento de /r/</i>			Total
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	
Sílaba interna	649	15	.289	3550	84	.703	18	0	.008	4217
Pausa	92	4	.041	2164	87	.293	219	9	.666	2475
Consoante	16	1	.017	1609	80	.278	398	20	.705	2023
Vogal	1231	70	.871	218	12	.018	301	17	.111	1750
Total	1988	19		7541	72		936	9		10465

Os dados de Piracicaba e de São Luís do Piratininga, em contraste com os dados da presente pesquisa, mostram que os informantes empregaram um /r/ retroflexo no mínimo umas sessenta vezes entre aproximadamente onze mil ocorrências (cerca de dez mil de São José do Rio Preto e mil de Piracicaba e São Luís do Piratininga) em posição final de sílaba interna, e só uma vez numa centena de ocorrências de palavras com algum tipo de r em posição final.

Os dados sobre a relativa frequência de cada variante, nos diversos ambientes discriminados, revelam que, de uma localidade pra outra, diferem as entidades que acusam variação entre si. Na comunidade de fala riopretense, por exemplo, não ocorre em absoluto a retroflexão em posição intervocálica e muito menos como segundo membro de grupo de consoantes. Já em Piracicaba, é muito rara a realização da vibrante simples, que se neutraliza com a líquida vibrante retroflexa de /r/⁴⁸. O fato de Piracicaba ter tão alto índice de retroflexão em posição intervocálica mostra que as variedades dialetais são diferentes: é possível que o falante riopretense estigmatize a pronúncia intervocálica.

Não se pode deixar de mencionar que a posição de sílaba interna favorece a pronúncia do /r/ retroflexo e isso já foi constatado também no estudo que Pontes (1996, p.24), em Dourados, concluiu que a variante retroflexa acontece com maior frequência no interior de

vocábulos. Há também Callou (1996, p.137) que diz ser a variante retroflexa ocorrência de maior frequência em posição interna em algumas regiões do Brasil, como nas cidades de São Paulo e de Porto Alegre. No nosso *corpus*, foram 4217 casos de /r/ retroflexo na posição de sílaba interna contra apenas dezoito casos de apagamento de /r/⁴⁹. Isso significa que essa posição é a que mais favorece a pronúncia retroflexa de /r/ em São José do Rio Preto. Como mostram os exemplos (38 - 39):

(38)...*depois qui chego nos* [konveɽ'samu]... (INF.: 12; E.C.)

(39)...*u Qui num faiz não tinha* [re'Kuɽsu] (INF.:45; E.C.)

Observe-se, de passagem, que, em final de palavra seguida por vogal, a pronúncia da retroflexa praticamente se anula, o que confirma nossa hipótese de condicionamento. Veja em (40 - 41) que, quando seguida de vogal, a consoante travando sílaba final sofre um processo de juntura externa fechada com a vogal da palavra seguinte:

(40)*sabi aquela sonhu di* [te'ruma] *buneca* (INF.:34; E.C.)

(41)*deu uma aula* [superemosio'nantʃi] (INF.:15; E.C.)

O resultado desse processo é a formação de duas sílabas livres. Esse contexto fonológico favorece a pronúncia ápico-alveolar da vibrante simples na comunidade riopretense.

Para corroborar esse princípio, nota-se que o contexto antes de vogal favorece a pronúncia de /r/ não retroflexo, de preferência, o ápico-alveolar. O PR altamente significativo é de (PR.:871) para /r/ não retroflexo diante de vogal, como mostra a figura 9 abaixo. Já apagamento é também altamente favorecido pelos contextos diante de pausa (PR.:666) e de consoante (PR.:705), como ilustram (42 - 43) respectivamente:

(42) *nu qui eu apiei du caminhaio e fui lá pra* [soco'xe]... (INF.:50; E.C.)

⁴⁸ Cf. Rodrigues, A. 1974, p.164.

⁴⁹ Os dezoito casos podem ser explicados como singularidades de determinados falantes: desse total 7 pertencem a somente um falante que suprime o fonema /r/ do vocábulo *porque*. Oito referem-se ao vocábulo *quer dizer* que foi considerado como uma palavra fonológica somente, daí a posição medial. Dois relacionam-se à palavra *alternando* e um à palavra *porte*. É interessante notar que cada caso relatado acima pertence a um falante diferente. Em virtude disso, esses números não foram computados na análise qualitativa como significativos.

(43) *tinha vontadi di [ma'ta] porque u pai não istava...* (INF.: 53; E.C.)

“No contexto final, a perda de /r/ é significativa, com uma diminuição de sua frequência no sentido norte/sul” (CALLOU, 1996, p.136). Esses resultados mostram que a relação prestígio/estigmatização, determinada pelos fatores externos, basicamente variação de estilo, não pode prescindir de uma análise dos fatores internos, estritamente lingüísticos, que têm, por isso, primazia sobre os fatores externos. A figura 9 ilustra melhor essa relação:

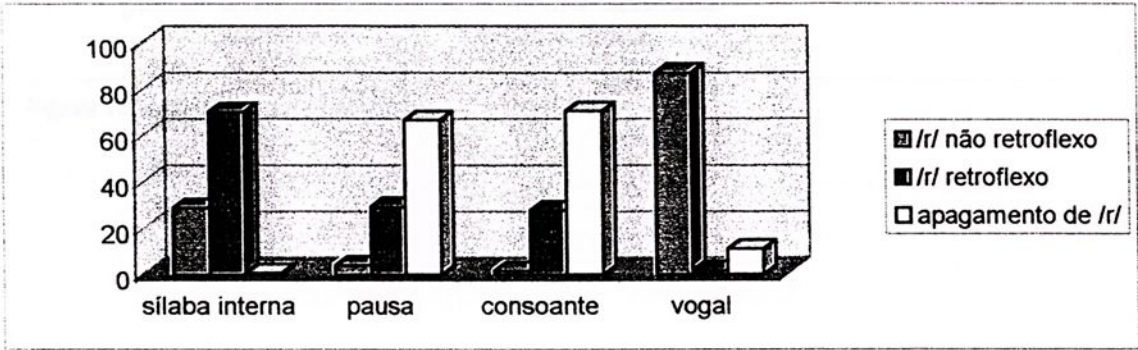


Figura 9: *Prs* dos contextos fonológicos seguintes às variantes

A correlação entre contexto fonológico precedente e contexto fonológico seguinte apenas confirma as relações das tabelas 12 e 13 (ver ANEXO F).

3.2.3. Relação entre as variantes e o fator tonicidade

No exame da influência possível da tonicidade sobre a variável analisada, notamos que a variante retroflexa ocorre em maior número tanto em sílabas átonas 92% (2182/2370), quanto em tônicas: 66%(5359/8095) como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 14: relação entre tonicidade e a variável dependente

	/r/ não retroflexo			/r/ retroflexo			Apagamento de /r/			Total
	N	%	PR	N	%	PR	N	%	PR	
Sílaba átona	170	7	.200	2182	92	.470	18	1	.299	4217
Sílaba tônica	1818	22	.210	5359	66	.491	918	11	.330	2475
Total	1988	19		7541	72		936	9		10465

Ainda que selecionado pelo *STEPUP*, observa-se que, na tabela 14 e na figura 10, a seguir, o fator lingüístico tonicidade não tem qualquer influência no favorecimento ou desfavorecimento das variantes em questão, refutando uma de nossas hipóteses iniciais. Em virtude disso, não se pode dizer que sílabas tônicas favoreçam a retroflexão, porque a

diferença entre os *PRs* não é significativa, ainda que ocorra, nesse contexto fonológico, o peso relativo de maior significância (*PR*:.491).

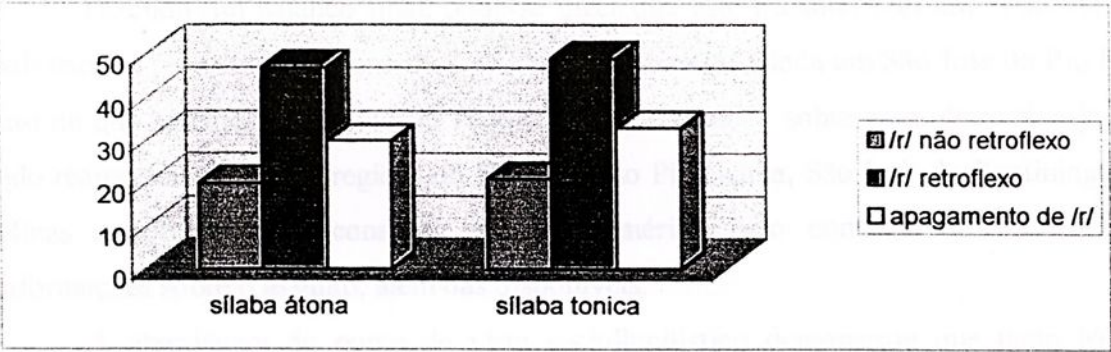


Figura 10: *PRs* do fator tonicidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um balanço final, pode-se dizer que este trabalho tem um certo ineditismo, pois estuda, pioneiramente, aspectos da variedade dialetal falada em São José do Rio Preto. O fato de que se enfoca a pronúncia retroflexa e que estudos sobre essa alternativa já tenham sido realizados em outras regiões do Brasil, como Piracicaba, São Luís do Piratininga, sul de Minas e nordeste, não constitui nenhum demérito, pelo contrário só acrescenta mais informações sobre o assunto, além das disponíveis.

A abordagem do ponto de vista sociolingüístico demonstrou que tanto há fatores externos bem definidos, quanto ambientes estruturais determinados que têm que fazer parte do corpo das regras responsáveis pela estigmatização ou não das variantes de /r/. Do ponto de vista dos fatores externos, pudemos observar que:

- a) o fator 'variação estilística' condiciona as variantes: o não uso da variante apagamento de /r/ é favorecido pelo registro mais formal em que o falante monitora seu discurso. Resulta dessa análise a constatação de que essa variante é a mais estigmatizada pelos falantes riopretenses; em contraposição, eles dão preferência pela realização de algum segmento fonológico, o que conduz à não estigmatização do /r/ não retroflexo no uso mais informal. Embora a variante retroflexa seja a mais usada, os PRs do fator 'variação estilística' demonstram ser ela uma variante estigmatizada, uma vez que sua frequência decresce com o aumento de formalidade;
- b) as variantes /r/ não retroflexo, /r/ retroflexo e apagamento de /r/, que compõem a variável <r>, não são marcadores de classe social, nem de sexo, nem de idade. Ainda que esses fatores ajudem a delinear a identificação da comunidade de fala riopretense quanto à realização dessas mesmas variantes: os homens estigmatizam um pouco mais a variante retroflexa do que as mulheres. Os grupos etários mais jovens sofrem menos a pressão da estigmatização da variante retroflexa do que os grupos mais velhos. Em outros termos, essas relações servem mais para corroborar a constatação da maior estigmatização no uso da variante apagamento de /r/, de um certo grau de estigmatização no uso da variante /r/ retroflexo e da não estigmatização de /r/ não retroflexo do que para indicar algum condicionamento que favoreça decisivamente uma das variantes;
- c) na avaliação subjetiva dos informantes, eles estigmatizaram mais a variante apagamento de /r/ do que a retroflexa, ainda que a diferença entre elas seja pequena; e não

estigmatizaram a variante /r/ não retroflexo. Esse dado serve para mostrar uma correspondência estreita entre uso e norma.

Do ponto de vista dos fatores internos, pudemos observar que:

- a) embora a realização fonológica de /r/ retroflexo seja muito favorecida quando a ele se antepõe uma vogal posterior, aberta ou fechada, esse fator, contexto fonológico precedente, esconde, na verdade, um condicionamento morfológico;
- b) o contexto fonológico que mais se mostrou regulador do uso da variante /r/ retroflexo é final de sílaba interna, visto que, nesse lugar, o fenômeno apagamento de /r/ quase não ocorre;
- c) encontra-se fortemente condicionada ao /r/ não retroflexo a posição final de palavra antes de vogal. Isso já era esperado diante do *overlapping* fonológico;
- d) o fator tonicidade não se mostrou condicionador das variantes em questão.

O preconceito lingüístico em relação à pronúncia retroflexa mostrou ser ela uma variante estigmatizada, e isso se manifestou, vale repetir, tanto no uso quanto na avaliação subjetiva dos informantes. Dessa forma, o preconceito de falantes de fora da comunidade riopretense afeta diretamente essa variante, sendo possível a sintonia perfeita entre norma e uso dos falantes da comunidade que a utilizam.

Ainda em relação à pronúncia retroflexa do fonema /r/, os falantes da classe baixa não apresentaram um acréscimo regular de acordo com o grau de formalidade em relação ao uso dessa variante e nem tampouco os falantes da classe alta evidenciaram o comportamento oposto, um decréscimo regular. Por isso, não se confirmou a hipótese de correlação entre classe social e grau de prestígio. Embora tenha ocorrido decréscimo nos índices de retroflexão, a variação estilística condiciona a ambos os grupos sociais.

A correlação sexo/grau de prestígio indica que as mulheres utilizam mais a variante retroflexa, mostrando estar os homens mais sensíveis aos valores sociais da comunidade. Essa distribuição se justifica no tipo de ocupação exercida pelos informantes: em torno de 60% do total das mulheres exercem atividades domésticas.

Os índices do /r/ retroflexo não diminuem progressivamente conforme a redução de idade, o que demonstra não estar essa variante em processo de desaparecimento como ocorreu na pesquisa da comunidade de fala de Franca, realizada por Head (1973), confirmando uma de nossas hipóteses iniciais, a de que a pujança econômica do interior paulista poderia assegurar a manutenção da pronúncia retroflexa.

Quanto ao condicionamento fonológico, consideramos a variável dependente separadamente em final de sílaba interna e final de sílaba externa. O contexto de sílaba interna provou ser o mais favorecedor de retroflexão precedido por vogais posteriores. Em virtude disso, podemos inferir que, em nossa região, o grau de retroflexão maior pode ser identificado na retroflexão posterior⁵⁰. Ligado a esse fato, há a questão de melhor acomodação articulatória da língua, já que, tanto na retroflexão posterior quanto na realização de vogais posteriores, existem propriedades articulatórias compatíveis: a posição da ponta da língua virada para cima ou posição convexa da língua, o que condicionaria ainda mais o uso dessa alternativa de /r/.

O contexto de sílaba externa mostrou ser favorecedor de apagamento, principalmente, se vogais anteriores e centrais antecederem essa variante. Com efeito, as vogais anteriores e centrais revelam, na verdade, o condicionamento morfológico, visto que, em português, o apagamento ocorre muito em infinitivo, cujas vogais temáticas são justamente as anteriores /e/ e /i/ e a central /a/.

A variante apagamento de /r/ quase não ocorreu nos estilos com grau de formalidade discursivo elevado, o que deve ser decorrente do processo escolar de correção sistemática que interfere invariavelmente na ausência de segmentos na escrita. Por isso, os falantes estigmatizaram muito mais apagamento de /r/ do que a retroflexa tanto no uso quanto na avaliação subjetiva, ou seja, por ser mais perceptível (ausência de fonema), o apagamento é a variante mais estigmatizada. Essa tendência tem sido observada na língua oral portuguesa da região do Rio de Janeiro estudada por Mollica (1995).

Além de ter fornecido uma descrição da variável <r> na comunidade de fala riopretense, esperamos ter comprovado o princípio sociolingüístico de que a heterogeneidade é uma propriedade inerente da linguagem. Esse princípio ajuda a sustentar, sobretudo, que a tão celebrada unidade lingüística do Brasil é um mito, porque simplifica a realidade. Essa diversidade lingüística espacial, de que a variedade riopretense é um exemplo, decorre do fato de que nativos de determinada localidade (idade, estado ou região), orientados para um centro cultural, política e economicamente polarizador, constituem uma comunidade lingüística, geograficamente limitada, no interior de uma mais extensa (a nação), através do desenvolvimento de um comportamento cultural próprio que os identifica e os distingue de outras comunidades⁵¹.

⁵⁰ Cf. Cagliari, 1997, p.5.

⁵¹ Cf. Camacho, 1984, p.239.

Os falantes riopretenses se identificam pela retroflexão, estigmatizada pelas metrópoles e, contraditoriamente, por eles próprios. Ademais, o apego ao padrão ideal, pressionado pela norma prescritiva, faz com que esses falantes estigmatizem mais a variante apagamento de /r/ do que a variante retroflexa, tanto no uso quanto na norma, como mencionado. Essa gradação ocorre porque, na variante apagamento de /r/, há a supressão de um fonema que é condenado veemente pela norma pedagógica, o que se reflete na escrita. Já, na variante retroflexa, por não haver a supressão de um fonema, ela não chega a ser corrigida na modalidade escrita e passa despercebida na escola como se não fosse fato lingüístico da comunidade de fala em que está inserida.

Nesse sentido, o grau de estigmatização obtido por meio da norma, apenas dá indício importante do sistema de valores desenvolvido na comunidade de fala. Não é improvável que os falantes tendam a desenvolver um sentimento de rejeição à variante apagamento muito maior do que em relação à pronúncia retroflexa do fonema /r/. Isso necessariamente está vinculado ao padrão verbal imposto pelo sistema escolar, que influencia especialmente a variante apagamento de /r/ na modalidade escrita.

Em razão de tudo isso, não é lícito considerar como erro a variante estigmatizada, erradicando-a em favor de um modelo único e imutável⁵², como a escola o faz ao ensinar uma forma exclusiva de expressão para todas as circunstâncias de intercâmbio verbal. A relação contraditória entre estigmatização e formalidade no uso da variante retroflexa em São José do Rio Preto mostra bem que a estrutura sócio-econômica da comunidade exerce decisiva influência nos padrões lingüísticos de prestígio de uma determinada comunidade de fala, o que põe em xeque o caráter prescritivista do ensino da variedade padrão e mostra irrefutavelmente que o sistema deve levar em contas as relações entre linguagem e sociedade.

⁵² Cf. Camacho, 1984, p. 256.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BENTIVOGLIO, P. A variação nos estudos sintáticos. *Estudos Lingüísticos*, Campinas, v.14, p. 7-29, 1987.

BERNSTEIN, B. *Langages et classes sociales*. Paris: Minuit, 1975.

BRIGHT W. Dialeto social e história da linguagem. In: FONSECA, M.S.; NEVES, M.F. (Org.) *Sociolingüística*. Tradução E. N. A. Jorge. Rio de Janeiro: Eldorado do Tijuca, 1974. v.3, p. 41-48.

BUENO, S. O dialeto paulista. *Jornal de Filologia*, São Paulo, v. 3/4, p. 1-33, 1958.

CAGLIARI, L. C. Fonética In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Cortez, 2001. v.1, p.105-146.

_____. *Fonologia do português*. Campinas: Edição do Autor, 1997.

CALLOU, D. A norma de pronúncia do S e R pós-vocálico: distribuição por áreas regionais. In: CARDOSO, S. (org.). *Diversidade Lingüística e Ensino*. Salvador: PPGL-UFBA, 1996. p.133-147.

CAMACHO, R. G. Sociolingüística In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Cortez, 2001. v.1, p. 49-77.

_____. *Conflito entre norma e diversidade dialetal no ensino da língua portuguesa*. 1984.322f. Tese (Doutorado em Lingüística) Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação, Universidade Estadual Paulista. Araraquara.



- _____. Norma, ideologia e a teoria da linguagem. *Alfa*, São Paulo, v.25, 1981, p.19-30.
- CAMARA JUNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- CHAMBERS, J. K. *Correlations. Sociolinguistic theory*. Oxford: Blackwell, 1996.
- CHOMSKY, N. Panorama e rumos atuais da lingüística. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.32, p.18-35, 1973.
- CUNHA, C. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- _____. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: São José, 1964.
- ELIA, S. *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Padrão, 1987.
- FISHER, J. L. Influências sociais na escolha de variantes. In: FONSECA, M.S.; NEVES, M.F. (Org.) *Sociolingüística*. Tradução E. I. Souto. Rio de Janeiro: Eldorado do Tijuca, 1974. v.3, p. 87-98.
- FRANÇOIS, D. A noção da norma em lingüística. In: MARTINET, J. et al. (Org.). *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Tradução Yara P. Demétrio de Souza. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. p.87-97.
- GUMPERZ, J. Convenções e contextualização. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (Org.). *Sociolingüística interacional*. Porto Alegre: AGE, 1988, p.98-119.
- HEAD, B. F. Propriedades fonéticas e generalidade de processos fonológicos: o caso do 'r-caipira'. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n.13, p. 5-39, 1987.

_____. Social Factors in the Perception of Phonetic Differences. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, v.2, p.158-166, 1981.

_____. O estudo do 'r-caipira' no contexto social. *Revista de Cultura Vozes*. v. 67, n. 8, p. 43-49, 1973.

HYMES, D. *Foundations in sociolinguistics*. Londres: Tavistock, 1977.

ISTRE, G. *A phonological analysis of a brazilian portuguese interior dialect*. 1971. 354f. Thesis (Ph.D.) Lousiana State University and Agricultural and Mechanical College, Lousiana city.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Stages in the acquisition of standart english. In: _____. *Social dialects and language learning*. Champaign: National Council of Teachers of English, 1965. p.77-103.

_____. Estágios na aquisição do inglês *standard*. In: FONSECA, M.S.; NEVES, M.F. (Org.) *Sociolingüística*. Tradução L. L. B. Lobo. Rio de Janeiro: Eldorado do Tijuca, 1974. v.3, p. 49-86.

MALMBERG, B. Ferdinand Saussure e a escola de Genebra. In: _____. *As Novas tendências da lingüística*. São Paulo: Nacional, 1974. p.56-79.

MELO, G. C. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

MOLLICA, C. M. *Influência da fala na alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

_____. Como o Brasileiro fala, percebe e avalia alguns padrões lingüísticos. In: HEYE, J. (Org.). *Flores verbais*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p.121-129.



MORI, A. C. Fonologia In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.) *Introdução à lingüística*. São Paulo: Cortez, 2001. v.1, p. 147-79.

MUSSA, A. B. N. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. 114f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

NARO, A. J. *Estruturas da fala do Rio de Janeiro e aquisição da língua padrão*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: [s.n.], 1983. Mimeografado.

OLIVEIRA M. A. Algumas notas sobre o conceito de variável lingüística e sua dimensão nas descrições gramaticais. *Boletim da ABRALIN*, v.8, p. 87-96, 1986.

PENHA, J. A. P. *Aspectos da linguagem de São Domingos*. Franca: [s.n.], 1972.

PINTZUK, S. *VARBRUL programs*. [s.l.]: [s.n.], 1988. Mimeografado.

PONTES, I. *Regra variável e estrutura sociolingüística*. 1996. 354f. Tese (Doutorado em Lingüística) Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

REY, A Usages, Jugements et Prescriptions Linguistiques. In: *Langue Française* (16): 4-28, Paris: Larousse, 1972.

RODRIGUES, A. N. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

RODRIGUES, A. C. S. Variação lingüística e contexto social: a concordância verbal no português falado em São Paulo. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v.17, p.578-87, 1989.

RODRIGUES, F. I. *O linguajar matuto*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1974. Datilografado.



RONCARATI, C. N. S. et al. Diferenças lingüísticas entre sexos: fronteiras entre o Biológico e o Cultural. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 5/6, n.117, p.7-16, abr., 1994.

SANKOFF, D. *VARBRUL*. [s.l.]: Université de Montréal, 1975. Mimeografado.

SANTOS, E. *Certo ou errado? Atitudes e crenças no ensino de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Tradução A. Chelini; J.P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1979.

SCHERRE, M. M. P. *Introdução ao Pacote VARBRUL para microcomputadores*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. p.24-55.

TARALLO, F. *Tempos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.

TRUDGILL, P. *Sociolinguistics*. [s.l.]: Penguin Books, 1974.

WEINREICH, V; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Org.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

WOLFRAM, W.; W. FASOLD. *The study of social dialects in american english*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1974.



ANEXO A -

Texto e lista de palavras elaborados para se gravar registros mais monitorados de fala.

a) TEXTO ESCRITO:

Quando eu era criança, gostava muito de viajar pro sítio de meu avô, no interior do estado; na época, a gente dizia 'ir pro sertão'. Araraquara era a boca do sertão; já Fernandópolis era o próprio sertão.

Tudo era verdinho no verão, mas muito seco no inverno. Mas o melhor mesmo era poder ir pro interior no outono, quando o pomar estava carregado de frutas, algumas verdes outras maduras. A gente provava de tudo, desde a doçura das jabuticabas até o amargor dos jambolões cor de burro quando foge!

Nossa grande cartada era fazer arte, como roubar abacate e manga do sítio de um senhor meio pirado que morava na vizinhança; tinha sido farmacêutico, mas exigia ser chamado de doutor. Por isso, a gente chamava ele de 'senhor doutor Alaor'; era esse o nome dele. As rimas eram de propósito, só pra tirar uma gozação, dar uma zoadinha com aquele ar de superior.

Nessa época, era costume revezar: interior ou mar. Anteriormente, eu não estudava direito; aí meu pai dizia: 'se você não fizer a tarefa escolar, não vai ter nem interior nem mar. Resolve! É pegar ou largar.' Aí o jeito era pegar forte no estudo e passar a tarde fazendo tarefa; nada de ligar e ver televisão, nem ir pro clube jogar um vôlei. Meu pai exigia: 'tem que repetir tudo de cor!'

Meu irmão maior dizia: 'se você quiser, posso ajudar'. Resolvia dispensar, porque, certamente depois, eu ia ter que emprestar minha prancha de surfe pra ele. A gente ia a Bertioga surfar em mar bravo ou pescar em mar alto. Mas eu gostava mesmo quando dava pra velejar em mar aberto. Meu pai costumava alugar um barco num lugar que ficava perto do porto. Ao embarcar, a gente sabia que só voltaria depois de pegar algum marlim. Na volta, era bom ver o mar azulado e sentir a brisa mansa.

De qualquer modo, era tudo muito divertido; não importa se interior ou mar, a gente gostava mesmo é de gozar a vida e se divertir.

b) LISTA DE PALAVRAS:

Limão



ANEXO A- cont.

pomar
laranja
viajar
ser
arte
televisão
ver
divertir
estado
doutor
quiser
mar
verde
nome
inverno
verão
verdinho
tarefa
fizer
escolar
direito
sertão
revezar
farmacêutico
vôlei
forte
porto
morango
Interior
poder



ANEXO A— cont.

ar
manga
irmão
cartada
zoada
tarde
prancha
surfear
dar
pirado
poder
Alaor
barco
Bertioga



ANEXO B

Índices de classificação sócio-econômica

1. Renda familiar	Numero de pontos
A. até R\$ 500,00	1
B. DE R\$ 500,00 A R\$ 1.200,00	2
C. DE R\$ 1.200,00 A R\$ 1.500,00	3
D. DE R\$ 1.500,00 A R\$ 2.500,00	4
E. DE R\$ 2.500,00 A R\$ 5.000,00	5
F. Acima de R\$ 5.000,00	6
2. Número de dependentes	
A. 1	5
B. 2	4
C. 3	3
D. 4	2
E. 5 ou mais	1
3. Instrução do informante	
A. fundamental incompleto	1
B. fundamental completo	2
C. médio incompleto	3
D. médio completo	4
E. superior incompleto	5
F. superior completo	6
4. Ocupação do informante	
A. Altos cargos	5
B. comerciantes, fazendeiros, industriais	4
C. profissionais remunerados, não-liberais (federais, estaduais e municipais)	3
D. profissionais liberais (técnicos)	2
E. empregos que exigem habilidades manuais (zeladores, vigias, domésticas)	1

Critério utilizado: somatória dos pontos

CLASSE ALTA – de 12 a 22 pontos;

CLASSE BAIXA – menos de 12 pontos.

ANEXO C

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho de coleta está dividido em 4 partes:

1. coleta do estilo casual (fala espontânea/narrativa de experiência pessoal, vide subparte I);
2. coleta do estilo leitura (leitura do texto, vide subparte II);
3. coleta do estilo lista de palavras (vide subparte III);
4. coleta da avaliação subjetiva do informante (vide subparte IV);

OBSERVAÇÕES:

A- 1,2,e 3 fazem parte da avaliação objetiva;

B- o documentador deve seguir à risca a ordem exposta acima no momento da coleta dos dados (da fala menos monitorada - 1 - à fala mais monitorada - 3 -e, por último, o teste de avaliação subjetiva);

C- materiais necessários: 1 fita cassete necessariamente virgem(30 min. é o suficiente);1 gravador(preferível os que possuem fita de tamanho normal; não usar, em hipótese alguma, o gravador de micro-fitas, em razão da baixa fidedignidade sonora);

D- prazo máximo para a entrega da cópia em fita cassete e das três cópias impressas:01/12/00;

E- forma de apresentação do trabalho final:

- uma cópia em disquete dos textos devidamente transcritos conforme as normas do NURC e três cópias impressas do mesmo material. Atentar para a transcrição fonética das realizações do fonema /r/;
- fazer todas as transcrições em um único arquivo, separando cada transcrição por uma quebra-de-página;
- **salvar o arquivo no formato RTF (Rich Text Format)**; o único que possibilita leitura em qualquer programa editor;
- nomear o arquivo no disquete com o sobrenome: silveira.doc etc;



- utilizar fonte TIMES NEW ROMAN, tamanho 12, espaço DUPLO, JUSTIFICADO.

Subparte I

- a) a fala casual deve ser coletada sob forma de narrativa espontânea de experiência pessoal: o documentador deve deixar o informante o mais à vontade possível para que este narre uma história (ou da sua infância, ou de perigo de vida, ou de pressentimento da morte) sem prestar atenção ao como está enunciando, preocupando-se mais com o conteúdo da história narrada;
- b) o documentador deve evitar perguntas que possam ser respondidas apenas por sim ou não;
- c) o documentador não deverá mencionar que a entrevista é para uma pesquisa sobre linguagem, deverá dar uma informação: é uma pesquisa em psicologia que pretende estudar o comportamento humano diante de uma situação especial e imprevista;

Subparte II

- a) fazer a transcrição ortográfica do texto escrito de acordo com as normas do NURC;
- b) Fazer a transcrição segmental do texto escrito somente nas partes sublinhadas dele (não se esqueça de indicar o acento);
- c) para a transcrição segmental utilizar o IPA, obedecendo às seguintes convenções:
 - 1. *r-retroflexo* = ɽ
 - 2. *r-paulistano (tap)* = ɾ
 - 3. *r-carioca* = h
 - 4. *apagamento de qualquer r* = ø

b) TEXTO ESCRITO:

ANEXO C – cont.

Quando eu era criança, gostava muito de viajar pro sítio de meu avô, no interior do estado; na época, a gente dizia ‘ir pro sertão’. Araraquara era a boca do sertão; já Fernandópolis era o próprio sertão.

Tudo era verdinho no verão, mas muito seco no inverno. Mas o melhor mesmo era poder ir pro interior no outono, quando o pomar estava carregado de frutas, algumas verdes outras maduras. A gente provava de tudo, desde a doçura das jabuticabas até o amargor dos jambolões cor de burro quando foge!

Nossa grande cartada era fazer arte, como roubar abacate e manga do sítio de um senhor meio pirado que morava na vizinhança; tinha sido farmacêutico, mas exigia ser chamado de doutor. Por isso, a gente chamava ele de ‘senhor doutor Alaor’; era esse o nome dele. As rimas eram de propósito, só pra tirar uma gozação, dar uma zoadá com aquele ar de superior.

Nessa época, era costume revezar: interior ou mar. Anteriormente, eu não estudava direito; aí meu pai dizia: ‘se você não fizer a tarefa escolar, não vai ter nem interior nem mar. Resolve! É pegar ou largar.’ Aí o jeito era pegar forte no estudo e passar a tarde fazendo tarefa; nada de ligar e ver televisão, nem ir pro clube jogar um vôlei. Meu pai exigia: ‘tem que repetir tudo de cor!’

Meu irmão maior dizia: ‘se você quiser, posso ajudar’. Resolvia dispensar, porque, certamente depois, eu ia ter que emprestar minha prancha de surfe pra ele. A gente ia a Bertioga surfar em mar bravo ou pescar em mar alto. Mas eu gostava mesmo quando dava pra velejar em mar aberto. Meu pai costumava alugar um barco num lugar que ficava perto do porto. Ao embarcar, a gente sabia que só voltaria depois de pegar algum marlim. Na volta, era bom ver o mar azulado e sentir a brisa mansa.

De qualquer modo, era tudo muito divertido; não importa se interior ou mar, a gente gostava mesmo é de gozar a vida e se divertir.

Subparte III

- a) fazer a transcrição ortográfica de acordo com as normas do NURC
- b) fazer a transcrição segmental somente da palavra sublinhada;

ANEXO C – cont.

c) organizar a transcrição no disquete em duas colunas: a primeira da transcrição ortográfica e a segunda, posta ao lado, da transcrição segmental;

d) para a transcrição segmental, adotar o IPA, **obedecendo às seguintes convenções:**

1. *r-retroflexo* = ɻ
2. *r-paulistano (tap)* = ɾ
3. *r-carioca* = h
4. *apagamento de qualquer r* = ø

e) LISTA DE PALAVRAS:

Limão

pomar

laranja

viajar

ser

arte

televisão

ver

divertir

estado

doutor

quiser

mar

verde

nome

inverno

verão

verdinho

tarefa

fizer

escolar

ANEXO C – cont.

direito

sertão

revezar

farmacêutico

vôlei

forte

porto

morango

Interior

poder

ar

manga

irmão

cartada

zoada

tarde

prancha

surf

dar

pirado

poder

Alaor

barco

Bertioga

Subparte IV

QUESTIONÁRIO:

Suponha que você seja gerente de uma rádio que está admitindo candidatos para quatro tipos de vagas: locutor, secretário, recepcionista e faxineiro. Um dos critérios de admissão, não o

ANEXO C – cont.

único, é o modo como a pessoa pronuncia as palavras. Preste atenção às sentenças ouvidas na gravação e assinale com um X que ocupação você acha mais adequada para o falante da gravação, prestando atenção somente na pronúncia das sentenças.

1.

☐ Locutor de rádio☐ Secretário☐ Recepcionista☐ Faxineiro

2.

☐ Secretário☐ Locutor de rádio☐ Recepcionista☐ Faxineiro

3.

☐ Recepcionista☐ Secretário☐ Faxineiro☐ Locutor de rádio

4.

☐ Faxineiro☐ Secretário☐ Locutor de rádio☐ Recepcionista

5.

☐ Locutor de rádio☐ Secretário

ANEXO C – cont.

☐ Recepcionista

☐ Faxineiro

6.

☐ Secretário

☐ Locutor de rádio

☐ Recepcionista

☐ Faxineiro

7.

☐ Faxineiro

☐ Secretário

☐ Locutor de rádio

☐ Recepcionista

8.

☐ Recepcionista

☐ Locutor de rádio

☐ Faxineiro

☐ Secretário

9.

☐ Locutor de rádio

☐ Secretário

☐ Recepcionista

☐ Faxineiro

10.

☐ Secretário



ANEXO C – cont.

☐ Locutor de rádio

☐ Recepcionista

☐ Faxineiro

11.

☐ Faxineiro

☐ Recepcionista

☐ Locutor de rádio

☐ Secretário

12.

☐ Recepcionista

☐ Secretário

☐ Faxineiro

☐ Locutor de rádio

13.

☐ Locutor de rádio

☐ Recepcionista

☐ Faxineiro

☐ Secretário

14.

☐ Secretário

☐ Locutor de rádio

☐ Faxineiro

☐ Recepcionista

15.

☐ Faxineiro



ANEXO C – cont.

- [] Recepcionista
- [] Locutor de rádio
- [] Secretário

As quinze frases gravadas que o falante irá avaliar são as seguintes:

1. Nessa época era costume [reve'za_] - apagamento de /r/.
2. Se você [ki'ze_] posso [traba'la_] no banco - /r/ não retroflexo .
3. O ['ba_ku] ficava ['pɜtu] do ['po_tu] - /r/ retroflexo.
4. O tratô [mai'ɔ_] trabalhava no [po'ma_]. – apagamento de /r/.
5. O ['ba_ku] ficava ['pɜtu] do ['po_tu] - /r/ não retroflexo .
6. Nessa época era costume [reve'za_r]- /r/ não retroflexo.
7. O [tra'to_] [mai'ɔ_] trabalhava no [po'ma_] - /r/ não retroflexo.
8. Se você [ki'ze_], posso [traba'la_] no banco.- apagamento de /r/.
9. Nessa época, era costume [reve'za_r]- /r/ retroflexo.
10. O ['ba_ku] ficava ['pɜtu] do ['po_tu] - /r/ não retroflexo.
11. O [tra'to_r] [mai'ɔ_r] trabalhava no [po'ma_r] - /r/ retroflexo.
12. Se você [ki'ze_r] posso [traba'la_r] no banco - /r/ não retroflexo.
13. Nessa época era costume [reve'za_x] - /r/ não retroflexo.
14. O [tra'to_r] [mai'ɔ_r] trabalhava no [po'ma_r] - /r/ não retroflexo.
15. Se você [ki'ze_r], posso [traba'la_r] no banco - /r/ retroflexo.

FICHA DE COLETA DE DADOS PESSOAIS DO INFORMANTE

INFORMANTE: No. ____/ Nome:
SEXO: masculino ☐ feminino ☐
IDADE:
PROFISSÃO (especificar com detalhe):
ESCOLARIDADE (quantidade em anos): nível fundamental: ____ anos/ ☐ completo; nível médio: ____ anos/ ☐ completo; nível superior: ____ anos/ ☐ completo
ENDEREÇO RESIDENCIAL: No _____
BAIRRO:
TELEFONE:
E-MAIL (se tiver):
DATA DE NASCIMENTO:
LOCAL DE NASCIMENTO:
QUANTO TEMPO RESIDE EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO?
QUAL A RENDA MENSAL DE SUA FAMÍLIA (ASSINALE COM X): ☐ ATÉ R\$500,00; ☐ DE R\$500,00 A R\$1.200,00; ☐ DE R\$1.200,00 A R\$1.500,00; ☐ DE R\$1.500,00 A R\$ 2.500,00; ☐ DE R\$2.500 A R\$5.000,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00
QUANTOS DEPENDEM DESSA RENDA? Resposta por extenso

ANEXO C – cont.

DATA DE COLETA DA ENTREVISTA:
NOME DO (A) DOCUMENTADOR(A):

ANEXO D

Tabela 15 : Relação entre as variantes e os fatores sócio-econômico e sexo combinados

		<i>classe alta</i>		<i>classe baixa</i>	
		N	%	N	%
Sexo	<i>/r/não retroflexo</i>	668/2528	26	453/2632	17
Masculino	<i>/r/retroflexo</i>	1621/2528	64	1999/2632	76
	<i>Apagamento de /r/</i>	239/2528	9	180/2632	7
Sexo	<i>/r/não retroflexo</i>	494/2581	19	373/2724	14
Feminino	<i>/r/retroflexo</i>	1890/2581	73	2031/2724	75
	<i>Apagamento de /r/</i>	190/2581	8	320/2724	12

ANEXO E

Tabela 16: Relação entre as variantes e os fatores sexo e variação estilística combinados

		<i>Casual</i>		<i>Leitura de texto</i>		<i>leitura de lista de palavras</i>	
			%	N	%	N	%
Sexo	/r/ não retroflexo	49/969	5	780/3056	26	292/1135	26
Masculino	/r/retroflexo	525/969	54	2253/3056	74	842/1135	74
	Apagamento de /r/	395/969	41	23/3056	1	1/1135	0
Sexo	/r/ não retroflexo	68/1234	4	657/2970	22	142/1101	13
Feminino	/r/retroflexo	654/1234	54	2308/2970	78	959/1101	87
	Apagamento de /r/	512/1234	43	5/2970	0	0/1101	0

ANEXO F

Tabela 17: relação entre as variantes e os fatores contexto fonológico precedente e seguinte combinados.

		[u][o]		[a]		[i][e]		[ɔ]		[ɛ]	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
interna	/r/não retroflexo	62/754	8	392/1402	28	133/1404	9	0	0	62/396	16
	/r/retroflexo	685/754	91	1008/1402	72	1263/1404	90	260/261	100	334/396	84
	Apagamento de/r/	7/754	1	2/1402	0	8/1404	1	1/261	0	0/396	0
pausa	/r/não retroflexo	12/461	3	54/1313	4	17/480	4	0/73	0	9/148	6
	/r/retroflexo	449/461	97	1123/1313	86	384/480	80	73/73	100	135/148	91
	Apagamento de /r/	0/461	0	136/1313	10	79/480	16	0/73	0	4/148	3
Cons.	/r/não retroflexo	8/484	2	0/688	0	8/612	1	0/141	0	0/95	0
	/r/retroflexo	475/484	98	450/688	65	459/612	75	141/141	100	84/95	88
	Apagamento de/r/	4/484	1	238/688	35	145/612	24	0/141	0	11/95	12
vogal	/r/não retroflexo	154/223	69	779/1106	70	253/371	68	4/4	100	41/46	89
	/r/retroflexo	69/223	31	123/1106	11	26/371	7	0/4	0	0/46	0
	Apagamento de/r/	0/223	0	284/1106	18	92/371	25	0/4	0	5/46	0

